



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Maria Victória Coelho Oliveira

**ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO E *RESSOCIALIZAÇÃO*: UM OLHAR
CRÍTICO SOBRE ESSA CONTROVERSA ASSOCIAÇÃO NAS PRISÕES
BRASILEIRAS.**

Tocantinópolis/TO

2026

Maria Victória Coelho Oliveira

**ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO E *RESSOCIALIZAÇÃO*: UM OLHAR
CRÍTICO SOBRE ESSA CONTROVERSA ASSOCIAÇÃO NAS PRISÕES
BRASILEIRAS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação
Humanidades e Saúde (CEHS), para obtenção do título
de licenciada em Pedagogia.

Tocantinópolis/TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48e Oliveira, Maria Victória Coelho.

Estado da Arte sobre educação e ressocialização: : um olhar crítico sobre essa controversa associação nas prisões brasileiras / Maria Victória Coelho Oliveira. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2026.

63 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientadora: Aline Campos.

1. Educação. 2. Prisão. 3. Ressocialização.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Maria Victória Coelho Oliveira

Estado da Arte sobre educação e *ressocialização*: um olhar crítico sobre essa controversa
associação nas prisões brasileiras.

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação
Humanidades e Saúde (CEHS). Foi avaliada para
obtenção do título de licenciada em Pedagogia e
aprovada em sua forma final pela orientadora e banca
examinadora.

Data da aprovação: 01/07/2026

Banca examinadora:

Profª Drª Aline Campos - Orientadora (UFNT)

Prof. Me. Juliete Santos - membro interno (UFNT)

Prof. Dr. Marcos Felipe Gonçalves Maia - membro externo (UFT)

*Dedico esta monografia a mim
mesma, por reconhecer o quanto
sou forte, pela persistência em
continuar e por não ter desistido.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus.

Agradeço em especial à minha mãe, por ter consentido me deixar “voar”, mesmo insegura, para habitar em terras desconhecidas: Tocantinópolis. Com os olhos cheios de lágrimas, agradeço à ela por ter me apoiado esse tempo todo.

Gostaria de expressar a minha gratidão aos demais membros da minha família, em especial aos meus avós: sr. Pedro Santos Coelho (que faleceu durante a pandemia) e Maria de Miranda Coelho, que ficou muito feliz em saber que eu havia passado para fazer uma faculdade, sendo a primeira da família a ter ensino superior.

Ao longo deste percurso acadêmico, percebi que além do conhecimento adquirido, as amizades feitas foram essenciais para que eu pudesse chegar até onde cheguei. Agradeço a cada pessoa que fez parte da minha trajetória acadêmica na universidade, em especial às minhas companheiras de sala e de vida: Andressa Martins, Camila França, Jayne Miranda, Gabriela Batista, Iala Costa, que estiveram comigo desde o início.

Também gostaria de expressar a minha imensa gratidão aos amigos: Airton Pereira de Sousa, Janessa Carvalho Vieira e Àkylla Reis, estes que em particular, foram essenciais para que eu não desistisse e terminasse este trabalho de conclusão de curso.

Agradeço à Universidade Federal do Norte do Tocantins, por me propiciar aprendizados significativos e momentos inesquecíveis nas viagens que pude participar.

A todos os meus professores, que fizeram parte da minha formação, pela partilha de conhecimentos, práticas e saberes. Não citarei nomes, pois são muitos.

Estendo os meus agradecimentos a todos os profissionais do Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) de Tocantinópolis, por cada “Bom dia”; “Boa noite”, por cada gesto e cuidado, deixando as salas limpas e organizadas.

Ao sr. do lanche e do café, cada gesto representava um: “Eu sei que você vai conseguir realizar o seu sonho”, “receber o diploma por mérito”. Sou grata também às meninas do PIBIC: Elem Hanna; Camila Acsa; Ingredy Chaves; Yasmin e Luana Macedo. Eu não poderia deixar de mencionar o nome das pessoas responsáveis pela definição do *corpus* da pesquisa maior na que se insere a minha e as demais. Meu reconhecimento pelo trabalho de vocês, mulheres.

Agradeço aos amigos da casa do estudante e alojamento, em especial os indígenas, com quem aprendi tanto sobre partilhar.

E, a mais importante, que será mencionada com muito carinho, minha orientadora: prof. Dr^a: Aline Campos, pela sua extrema paciência e o seu olhar sensato e humano. Esta que com sua sabedoria, experiência e muita paciência, me conduziu na feitura deste trabalho. Sem a sua orientação, este trabalho não teria ganhado corpo. Agradeço por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava na minha capacidade. Foi difícil, bastante vagaroso, mas, enfim, chegamos ao final. A palavra que sinto é gratidão, por tudo e por tanto.

A todas as pessoas que fizeram parte deste percurso, sou muito feliz pela vida de cada um e, por isso, estendo os meus sinceros agradecimentos.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir das vivências pessoais da autora e de inquietações relacionadas à associação entre educação e *ressocialização* no contexto prisional. O estudo tem como objetivo investigar de que forma a educação e a *ressocialização*, no âmbito da oferta educativa nas prisões, têm sido abordadas nas produções acadêmicas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na metodologia do Estado da Arte, com abordagem quantiquantitativa. O corpus da pesquisa é composto por teses e dissertações defendidas entre os anos de 2006 e 2023, localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da CAPES. Após o processo de seleção, foram examinados 41 trabalhos que apresentam em seus títulos o termo *ressocialização*. A análise dos dados gerais revelam que a associação entre educação e *ressocialização* é um eixo estruturante das pesquisas sobre educação em prisões, embora seja marcada por diferentes níveis de problematização. Os dados revelam um campo em expansão, impulsionado pelo fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação nas prisões, porém ainda caracterizado pela fragmentação institucional, pela predominância de dissertações e pela ausência de grupos consolidados de pesquisa. Observa-se, ainda, uma produção disseminada em diferentes estados, regiões e áreas do conhecimento, indicando que a temática extrapola o campo da Educação, embora este permaneça como seu principal locus investigativo em razão do próprio recorte metodológico adotado. Já o aprofundamento analítico realizado por meio dos títulos e resumos dos trabalhos, com foco em seus objetivos, deu origem a três grandes categorias de análise: (1) Entrelaçamento sem crítica; (2) Entrelaçamento em defesa da positividade da *ressocialização* (3) Crítica problematizadora do entrelaçamento entre educação e *ressocialização*. A análise evidencia que a associação entre educação e *ressocialização* constitui um paradigma amplamente consolidado na produção acadêmica brasileira sobre educação nas prisões. Enquanto 14 trabalhos analisam essa relação sem assumi-la como evidente nem problematizá-la explicitamente, 24 a tomam como pressuposto, atribuindo à educação a função de promover a transformação individual, a reintegração social e a redução da reincidência. Em contraste, apenas três pesquisas questionam criticamente esse vínculo, deslocando o debate para os limites da própria *ressocialização* e para as contradições do sistema prisional. Esses achados revelam a predominância de uma compreensão instrumental da educação, frequentemente legitimada por sua suposta capacidade de *ressocializar*, em detrimento de uma abordagem que a reconheça prioritariamente como direito humano e prática emancipatória.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Ressocialização. Direitos Humanos. Estado da Arte.

ABSTRACT

The motivation for carrying out this research came from the author's personal experiences and concerns related to the connection between education and resocialization in the prison context. The study aims to investigate how education and resocialization, in the context of educational offerings in prisons, have been addressed in “Brazilian scholarship”. It is a bibliographic study, based on the State of the Art methodology, with a quali-quantitative approach. The research corpus consists of theses and dissertations defended between 2006 and 2023, found in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the CAPES Journal Portal. After the selection process, 41 works that include the term resocialization in their titles were examined. The analysis of the general data reveals that the association between education and resocialization is a central axis of research on prison education, although it is marked by different levels of problematization. The data show an expanding field, driven by the strengthening of public policies focused on prison education, but still characterized by institutional fragmentation, the predominance of dissertations, and the absence of consolidated research groups. There is also production spread across different states, regions, and areas of knowledge, indicating that the topic goes beyond the field of Education, although it remains its main investigative locus due to the methodological approach used. The analytical deepening conducted through the titles and abstracts of the works, focusing on their objectives, gave rise to three major categories of analysis: (1) Uncritical intertwining; (2) Intertwining in defense of the positivity of resocialization; (3) Problematizing critique of the intertwining between education and resocialization. The analysis shows that the link between education and resocialization is a widely established paradigm in Brazilian academic work on prison education. While 14 studies look at this relationship without taking it for granted or explicitly questioning it, 24 accept it as a given, assigning to education the role of promoting individual transformation, social reintegration, and reducing recidivism. In contrast, only three studies critically challenge this connection, shifting the debate to the limits of resocialization itself and the contradictions of the prison system. These findings reveal the predominance of an instrumental understanding of education, often justified by its supposed ability to resocialize, rather than an approach that primarily recognizes it as a human right and emancipatory practice.

Keywords: Education. Prison. Resocialization. Human Rights. State of the Art.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Quantidade de trabalhos nos repositórios CAPES e BDTD.....	31
GRÁFICO 02: Quantidade de Teses e Dissertações.....	34
GRÁFICO 03: Ano de defesa dos trabalhos.....	35
GRÁFICO 04: Quantidade de trabalhos por Estado.....	37
GRÁFICO 05: Quantidade de trabalhos defendidos por regiões.....	37
GRÁFICO 06: Quantidade de trabalhos defendidos em cada programa.....	39

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01: Trabalhos cujo termo “Ressocialização” se refere ao nome da unidade penal.....	25
Quadro 02: Categorias da análise.....	26
Quadro 03:Quantidades de Trabalhos defendidos nas Instituições de Ensino Superior (IES).	32
Quadro 04: Trabalhos que entrelaçam educação e ressocialização em uma perspectiva analítica, sem uma evidência prévia de afirmação ou problematização dessa associação.....	43
Quadro 05: Trabalhos que concebem a educação como contribuição à ressocialização sem problematizar essa relação.....	48
Quadro 06: Trabalhos que problematizam a associação entre educação e ressocialização.....	55

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IES	Instituição de Ensino Superior
GEPEPro-livre	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Popular: problematização do mundo como luta pela libertação.
LEP	Lei de Execução Penal
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins

SUMÁRIO

1. M ^a VICTÓRIA, A RESSOCIALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO.....	13
2. INTRODUÇÃO.....	16
3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	21
3.1 Abordagem teórico-metodológica.....	22
3.2 Procedimentos metodológicos.....	25
4. INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO.....	28
4.1 Panorama geral dos trabalhos.....	30
4.2 Educação e ressocialização: afinal, que associação é essa?.....	40
4.2.1 Entrelaçamento da educação como a política de ressocialização.....	42
4.2.2 Educação como contribuição à ressocialização.....	48
4.2.3 Problemática da associação entre educação e ressocialização.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62

1. M^a VICTÓRIA, A *RESSOCIALIZAÇÃO* E A EDUCAÇÃO

Ao longo da minha formação acadêmica, busquei um tema com o qual me identificasse, que despertasse inquietações e me motivasse a aprofundar a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. A experiência com um colega de turma em situação de privação de liberdade foi determinante nesse processo. Durante o ano letivo de 2021, em quarentena devido a pandemia de COVID-19, esse estudante participou das aulas de forma remota, a partir de uma sala de videoconferência localizada no interior de uma unidade penal. No ano seguinte, com o retorno às atividades presenciais, reencontrei esse colega, agora em liberdade. No entanto, o modo como ele era tratado por outras pessoas, após saberem de sua condição anterior, evidenciou o estigma social que recai sobre os egressos do sistema prisional. Essa experiência inicial despertou minha atenção para a realidade das pessoas privadas de liberdade e os desafios enfrentados por elas após o cumprimento de suas penas.

Infelizmente, esse colega acabou evadindo do curso, sem deixar respostas claras de sua motivação. Esse episódio marcou o início do meu interesse pela chamada *ressocialização*, o qual foi reforçado posteriormente durante a realização do Estágio Supervisionado, que desenvolvi acompanhando uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Unidade Prisional de Tocantinópolis.

Essa vivência de estágio no ambiente prisional foi um divisor de águas na minha trajetória acadêmica e pessoal. Impressionou-me a organização do espaço, especialmente o fato de alguns internos exercerem atividades laborais na parte intramuros¹ da unidade. Segundo o diretor da unidade na época, esses custodiados estavam engajados em atividades que possibilitam a remição da pena, seja pelo trabalho, seja pelo estudo. Trabalhando a partir de uma perspectiva mais íntima do mundo prisional e de uma perspectiva mais ampla, de uma perspectiva humana, percebi a profundidade da reintegração social.

No estágio, comecei a considerar essa lacuna entre a prisão e a liberdade. A prisão era um lugar com uma estrutura de tempo longa e monolítica de 24 horas e uma rotina monótona, para os presos que ali viviam. Como estagiário e estudante universitário, o tempo era curto e a rotina diária era muito ocupada e muito apertada. A diferença na percepção do tempo entre o "dentro" e o "fora" da prisão me fez confrontar preconceitos que até então eu tinha conseguido reproduzir. Eu pensava que o sistema prisional era uma resposta justa e suficiente

¹ Intramuros é o espaço que fica dentro dos muros da unidade penal, porém fora da carceragem - onde ficam as celas.

ao crime e que o ambiente prisional não era uma preocupação. Mas essa perspectiva foi alterada à medida que me aproximei dessas pessoas e de seu mundo real.

A inserção no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Popular: problematização do mundo como luta pela libertação (GEPEPro-livre) e participação no Projeto de Pesquisa intitulado *Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação: o que diz o Estado da Arte?*, representou uma continuidade e aprofundamento das reflexões e conhecimentos sobre a educação no contexto de privação de liberdade. A partir de minha inserção neste grupo e nesta pesquisa, tive a oportunidade de realizar a leitura de autores e estudos voltados à análise crítica do sistema penal e da educação nas prisões, assim como conhecer a metodologia de Estado da Arte. A discussão dos textos no grupo de pesquisa foi fundamental para consolidar meu interesse pelo tema e delinear o recorte deste trabalho.

Durante o contato com pessoas privadas de liberdade no estágio e ao longo das leituras, estudos e diálogos sobre o contexto prisional, me dei conta do quão desumanizante é a resposta que damos para os crimes em nossa sociedade. Percebi que, não por acaso, o Brasil responde por um sistema prisional condenado por um “Estado de coisas inconstitucional”.

Esse caminho de estudo e diálogo me fez perceber também que, apesar da manifestação do desejo de reconstruir suas vidas fora da criminalidade, há entre a população carcerária a consciência das barreiras que enfrentarão ao deixarem o sistema, tais como o preconceito social, o estigma, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a ausência de redes de apoio. Em alguns casos, o ciclo da exclusão os empurra de volta para o crime e, conseqüentemente, para o cárcere. Esses relatos, que eu mesma ouvi de alguns deles no estágio, mas que estão relatados também em estudos sobre a temática, reforçaram a percepção de que o sistema penal brasileiro está marcado mais pela lógica do punitivismo e do controle do que por um compromisso social real com aquilo que denomina-se ressocialização.

Nessa trajetória, compreendi que escolher um tema que nos mobiliza pessoalmente pode tornar a pesquisa mais significativa. Esse envolvimento não compromete o rigor científico, pelo contrário, ao despertar maior engajamento e curiosidade, amplia a dedicação por uma busca de dados consistentes, uma análise mais crítica e uma fundamentação teórica mais sólida. Assim, o interesse pessoal torna-se um motor que fortalece a qualidade da investigação, sem reduzir sua objetividade, conferindo-lhe vitalidade e profundidade.

Assim como no emblemático caso do Hospital Colônia de Barbacena — onde milhares de pessoas consideradas “indesejáveis” foram institucionalizadas —, o sistema prisional também opera como um espaço de segregação social, dirigido aos sujeitos que não se enquadram nas normas sociais vigentes. Neste sentido, o cárcere se configura, muitas vezes,

como uma instituição que, em vez de *ressocializar*, reforça a marginalização, funcionando como um mecanismo de controle social seletivo. É nesse ponto que a educação emerge como uma dimensão ambígua: de um lado, usada como elemento legitimador do discurso oficial da *ressocialização*; de outro, como potencial instrumento de transformação individual e crítica social. Resta, então, a pergunta central: até que ponto a educação pode, de fato, contribuir para alguma mudança real na vida das pessoas privadas de liberdade?

Diante de tudo isso, afirmei minha escolha de desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso a partir dessa temática, como já havia expressado à minha orientadora desde os primeiros passos no projeto de pesquisa. As vivências descritas e as reflexões amadurecidas ao longo da graduação me transformaram profundamente. Pude perceber que por trás de um delito, de um rótulo, há uma pessoa com história, sonhos e possibilidades. Entendi que não posso me limitar ao meu ponto de vista, preciso exercitar o olhar sensível e crítico diante das múltiplas realidades sociais.

Hoje, ao olhar para trás, percebo a distância entre a jovem que ingressou na universidade em 2021, com receios e poucas certezas, e a pessoa que sou agora: mais consciente, mais preparada e mais comprometida com a educação como ferramenta de emancipação humana. Afinal, como costumo dizer, a vida também é uma espécie de “cadeia livre” — repleta de regras, julgamentos e lutas por sobrevivência —, mas nela também é possível construir novos caminhos por meio do conhecimento.

2. INTRODUÇÃO

Este trabalho situa-se na interface entre duas grandes áreas do conhecimento: a educação e a prisão. Tratam-se de campos marcados por historicidade, disputas conceituais e projetos políticos distintos. Neste trabalho, o foco está no entrelaçamento destes campos de conhecimento por meio do conceito de *ressocialização*, entendido como uma das funções da pena. Nesse sentido, interessa a esta pesquisa compreender como a ideia de *ressocialização* vem sendo associada à educação no contexto prisional, considerando que esse é um dos discursos mais recorrentes nas políticas penais e educacionais destinadas às pessoas privadas de liberdade. Embora o termo seja amplamente utilizado em documentos normativos, instrumentos jurídicos, produções acadêmicas e práticas institucionais, opta-se por empregá-lo ao longo deste trabalho em itálico, como forma de demarcar um posicionamento crítico diante de seus pressupostos.

Tal opção decorre do entendimento de que a noção de *ressocialização* carrega uma aparente contradição conceitual. Se a socialização é compreendida como um processo contínuo de aprendizagem, internalização de valores, normas, práticas e formas de participação na vida social, não parece adequado pressupor que determinados sujeitos tenham deixado de ser socializados e necessitem, portanto, ser *ressocializados*. Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se considera que grande parte da população prisional é oriunda de contextos marcados por profundas desigualdades sociais, violações de direitos e sucessivas negligências estatais em processos de escolarização, proteção social e acesso a bens culturais.

Além disso, a socialização não constitui um processo homogêneo nem orientado exclusivamente para finalidades socialmente valorizadas. Os sujeitos são socializados em múltiplos espaços e instituições, apropriando-se de valores, saberes e práticas que podem ou não convergir com os padrões socialmente desejados. Existem, inclusive, processos de socialização relacionados à inserção em dinâmicas criminosas, assim como há socializações produzidas por grupos, territórios e instituições diversas. Nessa perspectiva, a própria prisão também atua como espaço de socialização, produzindo aprendizagens, relações, identidades e modos específicos de estar no mundo.

Compreende-se, portanto, que as trajetórias das pessoas privadas de liberdade não são marcadas pela ausência de socialização, mas por processos socializadores distintos, frequentemente atravessados por disputas de valores e pela insuficiente atuação do Estado em garantir condições dignas de desenvolvimento humano. Quando determinados espaços sociais

deixam de cumprir esse papel, outros o ocupam, produzindo formas alternativas de pertencimento e reconhecimento. Assim, não se trata de indivíduos que não foram socializados, mas de sujeitos cujas experiências de socialização ocorreram em contextos complexos e, muitas vezes, incompatíveis com os projetos societários hegemônicos.

Por essas razões, embora o termo *ressocialização* seja mantido neste estudo em razão de sua ampla circulação e relevância nos discursos jurídicos, penais e educacionais, seu emprego não implica adesão acrítica ao conceito. Ao contrário, o termo será utilizado como categoria analítica, permitindo investigar seus significados, usos e efeitos no campo da educação na prisão.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O direito à educação é universal e, portanto, também deve ser garantido às pessoas privadas de liberdade. Além disso, a Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 7.210/1984, em seu Art. 17, assegura que a assistência educacional “compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (Brasil, 1984).

A relação entre educação e *ressocialização* no sistema prisional brasileiro constitui uma temática de grande relevância no campo da pedagogia social, dos direitos humanos e das políticas públicas. A prisão, enquanto instituição de controle e punição, é frequentemente apresentada como espaço destinado à reeducação e reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, a educação surge como um dos principais instrumentos associados à *ressocialização*, sendo vista como possibilidade concreta de reconstrução de trajetórias e de enfrentamento da reincidência criminal.

Contudo, essa função *ressocializadora*, embora amplamente presente no discurso jurídico e institucional, revela-se limitada e contraditória na prática. Em face do exposto, a presença da educação no ambiente prisional representa uma tensão: ao mesmo tempo em que pode funcionar como legitimadora de um sistema que falha em cumprir sua função social, também pode operar como agente de transformação e ressignificação das experiências individuais.

A educação é amplamente reconhecida como uma das principais ferramentas de socialização — processo pelo qual o indivíduo interioriza normas, valores, saberes e práticas culturais que o tornam capaz de conviver e atuar em sociedade. No pensamento sociológico clássico, Émile Durkheim (1975) já destacava a função social da educação como um meio de

transmissão dos valores coletivos, essenciais à coesão e à integração social, considerando-a o canal por excelência de inserção do sujeito na vida coletiva. Tal compreensão pode ser interpretada como vinculada a uma função de conformação dos indivíduos à ordem social vigente, aspecto tensionado por outras perspectivas que adotam uma concepção de educação voltada à autonomia, à reflexão crítica e à transformação social.

Nessa linha, no campo da pedagogia crítica, Paulo Freire (1967) amplia essa concepção ao defender que a educação, além de socializar, deve conscientizar. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, o autor entende a educação como prática de liberdade, capaz de fomentar uma socialização que não reproduza apenas a ordem vigente, mas que prepare sujeitos para a transformação social.

Ainda assim, essa concepção de educação possui controvérsias, pois embora autores como Paulo Freire destaquem o papel transformador e integrador da educação, é importante considerar também perspectivas que apontam seus limites e contradições. Na perspectiva de Louis Althusser (1985), ao discutir os aparelhos ideológicos do Estado, a educação pode ser compreendida como instrumento de reprodução das relações sociais, reforçando a dominação existente.

Ou seja, a educação, por si só, não domina ou emancipa. Enquanto prática social e estratégia de ensino-aprendizagem, ela pode servir a diferentes propósitos, a depender das concepções de sujeito, conhecimento, sociedade e poder que orientam sua organização. Quando estruturada a partir da mera transmissão de conteúdos, da reprodução acrítica de valores e da conformação dos indivíduos a uma determinada ordem social, a educação pode contribuir para a manutenção de relações de dominação e para a naturalização das desigualdades existentes. Por outro lado, quando promove o diálogo, a problematização da realidade, a valorização das experiências dos sujeitos e o desenvolvimento da reflexão crítica, pode constituir-se como importante instrumento de emancipação individual e coletiva.

Nessa perspectiva, o potencial emancipatório da educação não está garantido em sua simples oferta ou acesso, mas nas formas pelas quais os processos educativos são concebidos e desenvolvidos. A mesma instituição escolar, o mesmo currículo ou mesmo uma mesma ação educativa podem produzir efeitos distintos, a depender das intencionalidades pedagógicas que os orientam. Assim, mais do que atribuir à educação um caráter intrinsecamente libertador ou controlador, é necessário compreendê-la como um campo de disputas, atravessado por diferentes projetos de sociedade e por distintas compreensões acerca do papel dos sujeitos na transformação da realidade social.

No contexto prisional, essa reflexão torna-se ainda mais relevante. A educação pode ser mobilizada tanto como mecanismo de adaptação dos indivíduos às normas institucionais e sociais vigentes quanto como espaço de ampliação de horizontes, fortalecimento da autonomia e construção de novas possibilidades de leitura e intervenção no mundo. Desse modo, a análise da relação entre educação e *ressocialização* exige considerar não apenas a existência de práticas educativas no cárcere, mas também os sentidos políticos, pedagógicos e sociais que lhes são atribuídos.

A prisão, por sua vez, constitui um espaço social e político profundamente contraditório. Tradicionalmente, analisada como instituição de controle e disciplina por Foucault (1975), apresenta-se como resposta punitiva às infrações da lei, mas, na prática, enrijece desigualdades estruturais e promove a seletividade penal e processos de marginalização, por Wacquant (2001). Mais do que *ressocializar*, a prisão cumpre funções de segregação e estigmatização, operando como dispositivo de gestão da pobreza e do conflito social. Para Goffman (1961), enquanto instituição total tende a homogeneizar indivíduos, apagando as singularidades e limitando formas de expressão subjetiva e coletiva desses sujeitos privados de liberdade.

O encontro entre educação e prisão, portanto, ocorre em um campo de tensões: de um lado, a promessa da educação como direito e prática emancipatória; de outro, a realidade da prisão como espaço de privação, violência simbólica e material. É nesse entrelaçamento que se situa o debate sobre a chamada *ressocialização*, conceito apropriado de diferentes maneiras por políticas públicas, discursos oficiais e pesquisas acadêmicas, ora como justificativa para programas educativos em prisões, ora como categoria a ser criticada e superada.

Como pontuamos anteriormente, a ideia de *ressocialização* ou *reintegração social*, apesar de presente nos discursos relacionados ao sistema penal e prisional, é controversa. Trindade (2003, p.30) afirma que:

Na atualidade, não se ignora que a prisão, em vez de regenerar e ressocializar o delinquente, degenera-o e dessocializa-o, além de pervertê-lo, corrompê-lo e embrutecê-lo. A prisão é, por si mesma, criminógena, além de fábrica de reincidência. Já foi cognominada, por isso mesmo, de escola primária, secundária e universitária do crime. Enfim, a prisão é uma verdadeira sementeira da criminalização.

Nesse cenário de fracasso da prisão como instituição promotora da *ressocialização*, a oferta educativa em seu interior aparentemente vem assumindo essa responsabilidade. A conexão entre *ressocialização* e educação no cárcere tem ganhado destaque na produção

acadêmica, especialmente no contexto das discussões sobre direitos humanos e a função social da pena.

Diante desse contexto, o problema que se coloca nesta pesquisa é: como o campo acadêmico, em especial a Educação, tem abordado a temática da *ressocialização*? Tem-se, assim, como objetivo geral investigar a forma como educação e *ressocialização*, no contexto da oferta educativa na prisão, têm sido abordadas em teses e dissertações. Para atingir tal objetivo, a pesquisa teve como objetivos específicos:

- Identificar trabalhos acadêmicos, associados à Educação, que tragam em seus títulos o termo *ressocialização*;
- Apresentar e discutir o panorama geral das informações sobre os trabalhos acadêmicos selecionados;
- Agrupar os trabalhos por perspectivas temáticas;
- Analisar e discutir as principais abordagens adotadas pelos trabalhos na associação entre educação e *ressocialização*.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção, intitulada “M^a Victória, *ressocialização* e educação”, trata-se de uma apresentação de cunho pessoal, na qual relato um pouco da minha trajetória e como cheguei a esta temática. A segunda seção, intitulada “Introdução”, contextualiza o tema com documentos oficiais e diálogo com autores que abordam sobre a temática, os objetivos gerais, e específicos e a justificativa do tema. Na terceira seção, “Percurso Teórico-Metodológico”, apresento a fundamentação teórica-metodológica do trabalho e quais caminhos percorremos na tessitura deste trabalho. Além disso, explico o que é “estado da arte” e a “análise de conteúdo”, proposta por Bardin. A quarta seção, “Interfaces entre Educação, Socialização e *Ressocialização*”, trago a relação entre estes conceitos, dialogando com autores, expondo as semelhanças e contradições entre si. Nesta seção, também apresento uma análise descritiva e crítica dos dados no estado da arte, com base na análise de conteúdo. A quinta seção, e última, intitulada “Conclusão”, refere-se às considerações finais sobre o trabalho.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este trabalho constitui um recorte da pesquisa *Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação: o que diz o Estado da Arte?*, coordenada pela professora Aline Campos, que tem como objetivo analisar o Estado da Arte de pesquisas sobre prisão no campo da Educação em âmbito nacional, a fim de identificar convergências, divergências e lacunas que possibilitem o melhor aproveitamento das produções acadêmicas para o direcionamento de práticas educativas e políticas públicas voltadas para os contextos prisionais, bem como de pesquisas futuras nesta temática.

Além da coordenadora, fizeram parte do desenvolvimento desta pesquisa seis graduandas, uma delas vinculada ao curso de Direito e as outras cinco - incluindo eu - ao curso de Pedagogia. Assim, dessa pesquisa maior, que possui um corpus de pesquisa composto por 552 teses e dissertações, se desdobraram o desenvolvimento de quatro TCCs já concluídos, incluindo este, e outros dois em desenvolvimento.

A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da Arte, foi o primeiro dos trabalhos a serem concluídos. Teve um propósito de análise mais amplo, tendo por objetivo “analisar o panorama geral do Estado da Arte da Educação em prisões no Brasil” (Macedo, 2024, p.21), debruçando-se, portanto, em uma análise descritiva quantitativa dos 552 trabalhos.

O segundo trabalho defendido, intitulado *Cartas na prisão: ocorrências, significado e possibilidades de uso pedagógico*, teve como foco “compreender os usos, significados e importância de cartas para as pessoas presas e suas possíveis contribuições no desenvolvimento de práticas sociais educativas escolares e não escolares” (Lima, 2024, p. 16) e, para isso, analisou o conteúdo de 22 trabalhos acadêmicos que tratavam, de alguma forma, sobre o uso ou presença de cartas na prisão.

O terceiro trabalho concluído, intitulado *A educação como direito humano nas prisões: uma análise do Estado da Arte sob perspectiva jurídica*, tem como recorte os 41 trabalhos que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação vinculados à área do Direito, tendo como objetivo “compreender o que os trabalhos acadêmicos na área do Direito têm produzido de conhecimento acerca da educação em contexto de privação de liberdade” (Silva, 2025, p.5).

O quarto a ser concluído é este trabalho, que teve como foco específico a análise de produções acadêmicas que apresentam em seu título a palavra “ressocialização”, totalizando 45 trabalhos. A opção por esse recorte se justifica porque o uso do termo no título das

pesquisas revela a centralidade deste conceito para seus respectivos objetos de estudo, permitindo observar como ele tem sido apropriado, problematizado ou até mesmo criticado nas produções acadêmicas do campo da educação.

Há, ainda, outros dois trabalhos em desenvolvimento. Um deles, sob responsabilidade da discente Ingredy Chaves Lima, que faz uma análise geral sobre os 364 trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação em áreas diretamente relacionadas à educação e se aprofunda no recorte sobre leitura e escrita na prisão. E, por fim, o que está sendo conduzido pela discente Elem Hana Rodrigues Martins, com enfoque na identidade docente e na formação de professores associada ao contexto prisional.

A amplitude e a complexidade do corpus investigado ultrapassam significativamente as possibilidades de análise contempladas nesses trabalhos. O conjunto de 552 pesquisas reúne uma grande diversidade de temáticas, abordagens teóricas, metodologias, sujeitos, instituições e recortes territoriais, constituindo um banco de dados com elevado potencial analítico. Dessa forma, os estudos já realizados representam apenas algumas das múltiplas possibilidades de exploração desse material.

Ressalta-se, que o *corpus* dessa pesquisa maior foi definido como teses e dissertações, por se tratarem de trabalhos mais densos e consistentes, capazes de traduzir o cenário da interface entre educação e prisão na academia. O levantamento dos trabalhos acadêmicos foi realizado em 2023 em bases de dados acadêmicas reconhecidas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizados oito descritores para localizar os trabalhos nestas plataformas: (1) “Educação prisão”, (2) “Educação privação liberdade”, (3) “Educação penitenciária”, (4) “Educação restrição liberdade”, (5) “Educação prisional”, (6) “Educação cárcere”, (7) “Educação presídio”, e (8) “Práticas educativas prisão”. Após todo o processo de seleção e filtragem, que excluiu tanto os trabalhos repetidos quanto aqueles que se referiam a outras temáticas ou ao sistema socioeducativo, é que se obteve-se o total de 552 trabalhos.

3.1 Abordagem teórico-metodológica

Esta pesquisa se insere no campo das pesquisas bibliográficas, tendo como objetivo mapear e problematizar produções acadêmicas que trazem em seu título, o termo *ressocialização*. De acordo com Severino (2007, p.122), “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”.

A natureza deste presente trabalho é quanti-qualitativa, ou seja, engloba tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa na análise de trabalhos acadêmicos que apresentam o termo “ressocialização” em seu título.

Segundo Severino (2007, p.122), a pesquisa qualitativa “corresponde ao aprofundamento do conhecimento para interpretar, mediante análise de conteúdo, o contexto do objeto que está sendo pesquisado”, enquanto a abordagem quantitativa “utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas” (Idem, 2007, p. 122). Ao integrar essas duas dimensões, compreende-se que ambas se complementam. A pesquisa quanti-qualitativa permite que o pesquisador articule dados objetivos com interpretações subjetivas, ampliando o alcance analítico da investigação acerca da *ressocialização*.

Pradanov e Freitas (2013, p.89) também defendem essa convergência metodológica, afirmando que “a utilização de métodos quantitativos e qualitativos em uma mesma pesquisa pode proporcionar uma compreensão mais rica e detalhada do problema estudado, desde que haja coerência entre os objetivos e os procedimentos adotados”. Portanto, tal abordagem é especialmente útil em estudos que envolvem dimensões sociais, educacionais e institucionais, como é o caso desta pesquisa sobre análise dos trabalhos acadêmicos envolvendo a associação entre educação e *ressocialização*.

Assim, a fundamentação teórica da abordagem mista sustenta a escolha metodológica deste trabalho, pois busca articular dados estatísticos sobre a produção dos trabalhos analisados com análises interpretativas sobre os discursos neles presentes relacionados à educação e a função *ressocializadora* da pena.

Com relação à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, uma vez que tem o intuito de gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais, Pradanov e Freitas (2013, p.51).

Já em relação aos objetivos da pesquisa, enquadra-se como exploratória e descritiva, visto que busca proporcionar maior aproximação com o fenômeno investigado por meio do levantamento, mapeamento e análise da produção acadêmica existente sobre a relação entre educação na prisão e *ressocialização*. Pradanov e Freitas (2013, p.53) argumentam que “Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema”, constituído a partir da descrição dos dados coletados, como é o caso desta pesquisa. Conforme Conforme Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória constitui um estudo preliminar que tem como propósito tornar o pesquisador mais familiarizado com o fenômeno investigado, permitindo definir com maior

precisão o problema de pesquisa, formular hipóteses e compreender melhor o objeto estudado. As pesquisas exploratórias têm como finalidade ampliar a compreensão acerca de determinado problema, tornando-o mais explícito e possibilitando a construção de novas interpretações e hipóteses, que é exatamente o que propicia um trabalho que analisa como o conhecimento sobre determinado assunto vem sendo construído.

E, por fim, quanto aos procedimentos configura-se como uma Pesquisa Bibliográfica do tipo Estado da Arte. De acordo com Ferreira (2002, p.258):

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação "estado da arte" ou "estado do conhecimento". Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

O crescimento deste tipo de pesquisa evidencia a necessidade de conhecer e analisar criticamente o conhecimento já produzido academicamente. Ou seja, impõe ao fazer científico conhecer suas produções mais a fundo, não apenas revisá-las e/ou situá-las. No caso da interface entre educação e prisão, tal movimento se faz especialmente importante, tendo em vista que associa duas áreas já amplamente consolidadas, mas que quando reunidas ainda se constitui como campo de conhecimento emergente. E a especificidade do recorte dessa grande área no que diz respeito à *ressocialização* é especialmente importante considerando-se as controvérsias e divergências que ela suscita tanto no campo educacional quanto prisional. Além disso, o desejo pessoal de conhecer acerca do que já foi criado sobre essa temática coincidiu na produção deste trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho é uma semente de pesquisa e uma contribuição para um futuro acervo de mapeamento do tipo Estado da Arte sobre o presente tema, abordando perspectivas diferentes, semelhantes, ou até mesmo complementares.

Para a análise quantitativa, foram tabulados os dados relativos aos trabalhos selecionados e elaborados gráficos que possibilitaram a análise descritiva.

Para a análise qualitativa, por sua vez, nos apoiamos na análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). A autora define que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 37), o que a torna adequada para interpretar

diferentes tipos de materiais, desde entrevistas, narrativas e documentos institucionais até produções acadêmicas, como aquelas examinadas neste estudo. No caso desta pesquisa, a utilização desse método na análise dos títulos e objetivos dos trabalhos, possibilita compreender como os discursos sobre educação e *ressocialização* vêm sendo produzidos, legitimados e tensionados no campo da educação.

Nesse sentido, com as críticas teóricas presentes no campo da criminologia crítica (Baratta, 2002) e com a problematização da função ressocializadora da pena, esse tipo de análise se aproxima da perspectiva freireana ao reconhecer que todo discurso carrega intencionalidades, contradições e disputas simbólicas, elementos fundamentais para compreender como a educação vem sendo mobilizada, ora como prática emancipadora, ora como instrumento de manutenção da ordem social. Assim, a análise de conteúdo não apenas organiza os dados, mas revela as camadas de sentido que estruturam as representações sobre *ressocialização* na produção acadêmica, permitindo interpretar como tais discursos reforçam ou tensionam modelos de punição, disciplinamento e reintegração.

3.2 Procedimentos metodológicos

Após a seleção dos 45 trabalhos acadêmicos que tinham em seu título o termo *ressocialização*, extraímos deles as seguintes informações: título, nome do/a autor/, em qual banco de dados ele foi localizado, em qual Instituição de Ensino Superior (IES) e programa de pós graduação em que foi desenvolvido, a modalidade (tese ou dissertação), a data de defesa e em qual Estado e Região do país. Tais informações foram organizadas em planilha no *Excel*, possibilitando a produção de gráficos e quadros para sistematização e análise dos dados quantitativos. Nesse processo, identificamos que quatro trabalhos que tinham a palavra “ressocialização” no título não se propunham a discuti-la em associação com a educação. Tratava-se, na verdade, de trabalhos que analisam experiências educativas em unidades prisionais cujo nomes delas apresentam o termo *ressocialização*, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 01: Trabalhos cujo termo “Ressocialização” se refere ao nome da unidade penal.

TÍTULO	MODALIDADE
Educação de jovens e adultos no Centro de Ressocialização em Cuiabá-MT: práticas de leitura escrita e letramento	Dissertação

Educação e prisão : o valor da escola para os jovens e adultos presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT	Dissertação
Educação, escola e prisão: o “espaço de voz” de educandos do Centro de Ressocialização de Rio Claro/SP	Dissertação
Silenciosos gritos por entre as grades e as ruas: escrita e invenções de si no Centro de Ressocialização Masculino de Rio Claro	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Por não estarem discutindo a relação entre educação e *ressocialização*, os quatro trabalhos acima foram excluídos das análises, restando 41 trabalhos.

Posteriormente, realizamos a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011) para os dados de natureza qualitativa. Conforme orienta a autora, realizamos a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação a partir dos títulos e resumos dos trabalhos investigados.

Inicialmente realizamos a leitura flutuante dos títulos e dos resumos de todos os trabalhos para identificar do que tratavam, qual enfoque assumiram em relação a interface entre educação e *ressocialização*. A partir dessa leitura, foi realizada a categorização temática, na qual os textos foram organizados em categorias de análise, conforme o quadro apresentado a seguir .

Quadro 02: Categorias da análise

Categoria	Descrição
Entrelaçamento sem crítica	Trabalhos que buscam analisar o entrelaçamento entre educação e <i>ressocialização</i> sem apresentar uma defesa ou crítica a priori em relação à essa associação.
Entrelaçamento em defesa da positividade da <i>ressocialização</i>	Trabalhos que analisam a educação na prisão partindo do pressuposto que ela contribui necessariamente para a <i>ressocialização</i> , sem questionar ou problematizar essa associação.
Crítica problematizadora do entrelaçamento entre educação e <i>ressocialização</i>	Trabalhos que problematizam a função <i>ressocializadora</i> da educação, apontando suas contradições e limites.

Fonte: elaboração própria

Por fim, analisamos cada um dos três eixos à luz de fundamentação teórica e tendo como horizonte os objetivos desta pesquisa.

Dessa forma, o percurso metodológico seguiu uma lógica que partiu do levantamento e seleção do material, avançou para a organização e categorização dos dados e culminou na análise crítica das produções acadêmicas.

4. INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO E *RESSOCIALIZAÇÃO*

A interface entre os três conceitos — educação, socialização e *ressocialização* — exige uma abordagem teórica que vá além de suas definições isoladas. Esses conceitos, embora frequentemente associados no discurso institucional e jurídico, nem sempre convergem na prática, sobretudo quando analisados no contexto prisional. Assim, discutir suas relações implica compreender como a educação participa do processo de formação social dos indivíduos, como a socialização constitui as bases de integração e pertencimento, e como a *ressocialização* é mobilizada como finalidade da pena privativa de liberdade. Essa articulação permite problematizar tanto os limites quanto às potencialidades atribuídas à educação dentro das prisões.

Podemos refletir sobre diferentes aspectos das interfaces que relacionam a educação e a *ressocialização*. Quando bem articuladas, compreendem um papel transformador e corretivo, que pode favorecer a redução da criminalidade, o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

Entretanto, diversos desafios ainda impedem a efetiva *reintegração* social, tais como: a falta de infraestrutura adequada nos ambientes prisionais; o estigma social, que dificulta a inserção, sobretudo no mercado de trabalho; as desigualdades regionais na aplicação das políticas de *ressocialização*; e o baixo investimento em programas de capacitação e de acompanhamento pós-liberdade.

Esses desafios, no entanto, não se restringem a falhas operacionais ou administrativas. Eles revelam contradições profundas entre o discurso de *ressocialização* e as condições reais enfrentadas pela população encarcerada. A precariedade estrutural das unidades prisionais, somada à falta de continuidade pedagógica e às barreiras sociais impostas pelo estigma da prisão, evidencia que a educação é frequentemente convocada a desempenhar funções que extrapolam sua capacidade real. A *reintegração* social depende não apenas de ações educativas pontuais, mas de políticas amplas de assistência social, saúde, trabalho e garantia de direitos, que enfrentam as desigualdades que antecedem e atravessam o aprisionamento.

Além disso, ao considerar a socialização como processo formativo básico — responsável por transmitir normas, valores e práticas culturais — torna-se evidente que a *ressocialização* não pode ser entendida como simples “repetição” ou “reorientação” desse processo. A *ressocialização* carrega consigo uma expectativa de reparação moral e de adaptação comportamental, que dialoga diretamente com concepções de disciplina, ordem e controle presentes nas instituições penais.

Embora os termos *socialização* e *ressocialização* carregam significados distintos, estando a *ressocialização* intimamente associada ao contexto prisional, a *socialização*, em tese, é o ato de socializar, que acontece ao longo da vida desde a tenra infância por meio do qual os indivíduos aprendem valores, normas, comportamentos e formas de convivência social desde os primeiros anos de vida, principalmente por intermédio da família, da escola e de outras instituições sociais. Ou seja, trata-se de um processo contínuo e permanente. Já a *ressocialização*, marcada pelo prefixo “re”, que indica repetição, pressupõe uma segunda tentativa de socialização. Nesse sentido, enquanto a socialização está relacionada à inserção do sujeito na vida social, a *ressocialização* carrega a ideia de correção, adaptação ou reconstrução de vínculos sociais que teriam sido fragilizados ou rompidos e que, por isso, precisam ser refeitos. Ora, mas se a socialização é um processo contínuo, é possível falar em *ressocialização*?

É justamente essa concepção que tem sido amplamente problematizada por autores da criminologia crítica, que questionam tanto a possibilidade quanto a legitimidade de atribuir ao sistema prisional a função de promover a integração social de indivíduos marcados historicamente por inúmeros processos de segregação. Por isso, é fundamental problematizar até que ponto a educação, inserida em um ambiente disciplinar e marcado por violações de direitos, pode efetivamente promover uma socialização positiva e reconhecer a dignidade humana.

Em diálogo com Foucault (1987, p.1964-1965), a educação era utilizada como instrumento de disciplina no interior das prisões, capaz de modelar os corpos tornando-os submissos, os chamados “corpos dóceis”:

[...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. [...]

A educação no cárcere, quando usada como política de *ressocialização*, pode funcionar como uma “mecânica do poder”, pois ela não apenas pune, como também molda o comportamento dos indivíduos, extrai utilidade e garante obediência, diminuindo a autonomia, o que lhe garante a submissão.

Desse modo, discutir a associação entre educação, socialização e *ressocialização* exige reconhecer que esses conceitos são atravessados por disputas políticas e ideológicas. A educação pode ser vista como espaço de emancipação e criação de novos sentidos de vida, mas também como mecanismo de reprodução de desigualdades e de disciplinamento. A socialização, por sua vez, pode formar indivíduos para o convívio coletivo ou reforçar padrões de exclusão. A *ressocialização*, por sua vez, , embora se apresente como promessa de *reintegração*, frequentemente opera como discurso legitimador da própria pena e das estruturas que produzem marginalidade. É justamente nessa zona de tensões que se insere o debate teórico que sustenta este capítulo que apresenta e discute os resultados desta pesquisa.

4.1 Panorama geral dos trabalhos

Nesta seção serão analisados dados dos 41 trabalhos que trazem em seu título a palavra *ressocialização*. A primeira análise a ser considerada refere-se a esse quantitativo destacado de um universo de 552 trabalhos, representando 7,6%. O percentual, ainda que à primeira vista possa parecer pequeno, é significativo considerando-se a complexidade e multiplicidade de temas que são englobados no campo de estudo que conecta prisão e educação. Além disso, o recorte de análise restringiu-se à explícita menção ao termo *ressocialização* nos títulos do trabalho, o que certamente exclui outros trabalhos que possivelmente também podem estar atravessados por esse debate sem ter ele como o foco central. Há, ainda, outros termos - tais como *reintegração social* e *reeducação* - que igualmente mobilizam discussões semelhantes e que podem não ter sido contemplados neste levantamento.

Ou seja, a dimensão desse debate na produção acadêmica pode ser muito mais ampla e, nesta pesquisa, os 41 trabalhos identificados devem ser compreendidos não como a totalidade das discussões sobre o tema, mas como um indicador relevante de sua presença e de sua permanência no campo de estudo. A recorrência da noção de *ressocialização* nos títulos evidencia que ela continua ocupando um lugar de destaque nas reflexões sobre a finalidade da pena, o papel da educação nas prisões e as possibilidades de reconstrução dos vínculos sociais de pessoas privadas de liberdade.

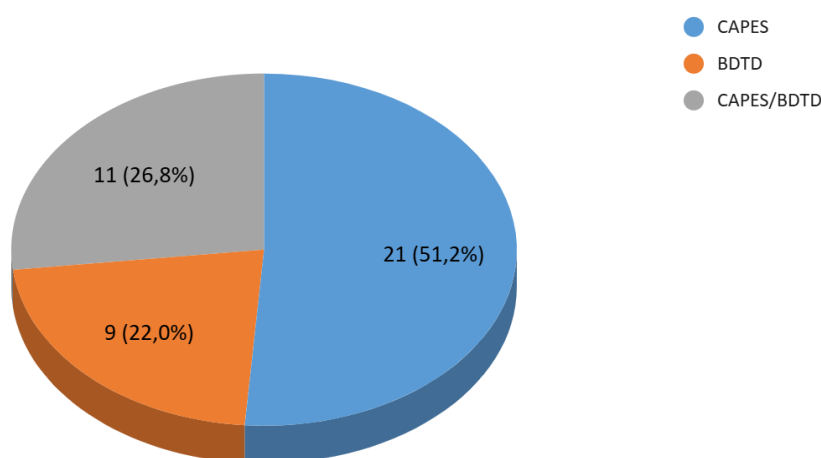
Desse modo, mais do que representar apenas uma categoria temática, a *ressocialização* se apresenta como um conceito estruturante de grande parte das discussões produzidas na interface entre educação e prisão, revelando tanto sua força como ideal normativo quanto às

controvérsias e tensões que cercam sua utilização no âmbito acadêmico e das políticas públicas.

A seguir, os dados obtidos são representados em forma de tabelas e gráficos. O primeiro dado refere-se à localização dos trabalhos nas duas plataformas de busca de trabalhos acadêmicos utilizados.

GRÁFICO 01: Quantidade de trabalhos nos repositórios CAPES e BDTD

BANCO DE DADOS



Fonte: elaboração própria

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, a plataforma Capes detém 51,2% dos trabalhos localizados, quase a metade. A BDTD, por sua vez, apresenta 22%, uma parcela significativamente menor se comparada à Capes. Há ainda um percentual de 26,8% dos trabalhos que foram localizados em ambos os repositórios.

De acordo com Macedo (2024, p.36-37):

[...] enquanto o Banco de Teses e Dissertações da CAPES é uma plataforma centralizada e gerida diretamente pela CAPES para fins de avaliação e gestão de programas de pós-graduação, a BDTD é uma rede integrada de repositórios institucionais que visa ampliar o acesso e a visibilidade das teses e dissertações acadêmicas brasileiras de forma descentralizada. Essas diferenças ajudam a entender tanto porque há trabalhos em ambos os repositórios, quanto porque existem trabalhos localizados em apenas um deles e não no outro.

Tal constatação é um dado fundamental para o planejamento e execução de pesquisas de Estado da Arte, nas quais objetiva-se localizar o maior número possível de trabalhos

existentes e publicados sobre determinada área. Vemos, assim, que a escolha de utilização de ambos os repositórios permitiu um mapeamento mais completo, uma vez que apesar da plataforma da Capes deter um maior número dos trabalhos publicados, o percentual de trabalhos localizados apenas na BDTD não é irrelevante.

A utilização combinada de ambas, apesar de conferir maior trabalho de levantamento e organização dos dados brutos - uma vez que gera dados duplicados - confere maior robustez e abrangência ao levantamento, reduzindo lacunas e vieses na identificação da produção acadêmica. Nesse sentido, a necessidade de tratamento dos dados duplicados não se configura como um obstáculo, mas como uma etapa metodológica inerente ao rigor da pesquisa, exigindo procedimentos sistemáticos de conferência, filtragem e consolidação das informações.

O segundo dado geral analisado, refere-se às instituições de Ensino Superior (IES) às quais as teses e dissertações estão vinculadas. Como pode ser observado na tabela apresentada a seguir, foram localizados trabalhos produzidos e defendidos que trazem em seu título o termo *ressocialização* vinculados a 37 Centros Universitários, Faculdades, Universidades ou Institutos.

Quadro 03:Quantidades de Trabalhos defendidos nas Instituições de Ensino Superior (IES)

Instituição de Ensino Superior		Nº de Trabalhos
1	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	1
2	CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ	1
3	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	1
4	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	1
5	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	1
7	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	2
8	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	1
9	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	2
10	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2
11	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	1
12	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	2
13	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	1
14	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	1
15	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	1
16	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	1
17	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE- UENF	1
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	2
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	1
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	1
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	1
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	1

Instituição de Ensino Superior		Nº de Trabalhos
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR	1
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	1
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM	1
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	1
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	1
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	1
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	1
36	UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL	1
37	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE	1
TOTAL		41

fonte: elaboração própria

Conforme pode ser observado na listagem, a maioria dos trabalhos advém de instituições de ensino superior públicas (estaduais ou federais), coadunando com a informação de que:

A produção do conhecimento científico no Brasil está bastante associada ao Sistema Universitário Brasileiro (SUB), sobretudo por meio de suas universidades públicas. Observa-se, principalmente nos últimos anos, que as políticas de expansão da Educação Superior e a ampliação das exigências de produção docente e discente que vem sendo implantadas, além do aumento dos investimentos públicos na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), têm influenciado bastante no crescimento da atividade investigativa, especialmente em algumas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país. (Souza; De Filipp; Sanz Casado, 2018, p. 127).

Além disso, dos trabalhos apresentados, apenas sete das instituições de ensino superior apresentam até 2 trabalhos publicados e defendidos na mesma instituição. Denota-se, portanto, que essa produção encontra-se distribuída de forma descentralizada entre diferentes instituições de ensino superior do país, sem a predominância de um grupo de pesquisa, programa de pós-graduação ou universidade específica. Tal característica sugere que o debate não se concentra em um único pólo acadêmico, mas desperta interesse em diferentes regiões e áreas do conhecimento.

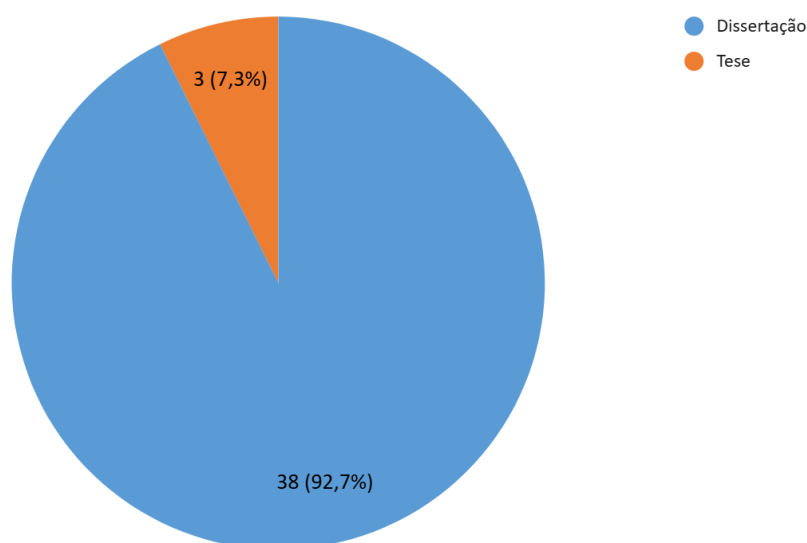
Por outro lado, a ausência de centros com produção mais consolidada pode indicar que os estudos nessa temática ainda se desenvolvem de forma relativamente fragmentada, sem a formação de uma tradição de pesquisa amplamente estruturada em torno desse objeto específico. Especialmente no que diz respeito à associação entre educação e ressocialização no contexto prisional, a inexistência de grupos de pesquisa com produção continuada pode representar uma fragilidade na consolidação do conhecimento produzido. Isso porque parte significativa das investigações parece decorrer de iniciativas individuais ou circunstanciais,

vinculadas a interesses específicos de pesquisadores, em vez de resultar de agendas coletivas e sistemáticas de pesquisa capazes de promover aprofundamento teórico, acúmulo analítico e diálogo permanente entre estudos.

Nesse sentido, os dados apontam para um campo de investigação presente e disseminado, mas que ainda parece carecer de maior articulação entre pesquisadores, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação dedicados à interface entre prisão, educação e integração social. Tal articulação poderia favorecer não apenas a ampliação quantitativa da produção acadêmica, mas também o fortalecimento de referenciais teóricos e metodológicos capazes de sustentar análises mais críticas acerca dos sentidos atribuídos à *ressocialização* e ao papel da educação no contexto prisional.

O terceiro dado geral refere-se ao quantitativo de teses e dissertações analisadas.

GRÁFICO 02: Quantidade de Teses e Dissertações



Fonte: elaboração própria

A modalidade dissertativa apresenta 92,7%, um percentual que representa uma diferença exorbitante de produções em relação à outra modalidade, a tese, representando apenas 7,3% da quantidade total. Ao analisar o gráfico compreende-se que esta diferença notória se deve ao fato de que estas modalidades se inserem na reprodução dos níveis de qualificação, em que, via de regra, as pessoas primeiro precisam realizar o mestrado (dissertações) para apenas depois desenvolverem o doutorado (tese).

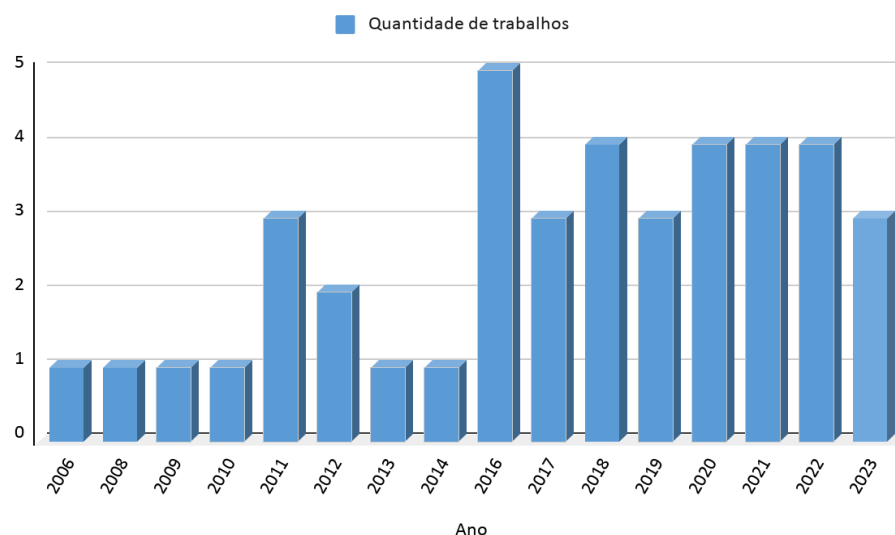
Nesse contexto, de acordo com Macedo (2024, p.48):

[...] há que se ressaltar que nem sempre as pessoas conseguem concluir o mestrado e prosseguir nos estudos, devido a tantos afazeres e percalços da vida. Há também aqueles que não desejam avançar para o título de doutor. Seja como for, a diferença no nível de qualificação dessas duas etapas tem implicação direta no fato de haverem mais dissertações do que teses defendidas e publicadas.

A análise da autora dialoga com os dados desta pesquisa, também voltada para a produção de trabalhos acadêmicos no *Estado da Arte*. Contudo, para além de refletir a dinâmica dos níveis de qualificação da pós-graduação, a baixa incidência de teses também pode indicar que os estudos sobre *ressocialização*, especialmente em sua interface com a educação no contexto prisional, ainda carecem de maior aprofundamento investigativo, uma vez que são as teses que costumam demandar pesquisas de maior duração e densidade teórico-metodológica. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento e consolidação desse campo de pesquisa, favorecendo a produção de análises mais aprofundadas e críticas acerca dessa associação entre educação e *ressocialização* nas prisões.

O quarto dado geral refere-se ao ano de publicação que, apesar de algumas oscilações, tende ao crescimento.

GRÁFICO 03: Ano de defesa dos trabalhos



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que há uma constante na quantidade de trabalhos defendidos entre os anos de 2018 a 2022, com o total de 4 produções defendidas. Paralelo a estes, entre os anos de 2006 a 2010 e os anos de 2013 e 2014, há uma outra constante apresentada, representando o total de uma defesa em cada ano.

Ressalta-se que a queda evidenciada no ano de 2023 não traduz um dado real, uma vez que foi o ano de realização do levantamento de dados, não sendo possível esgotar o quantitativo de trabalhos publicados neste ano.

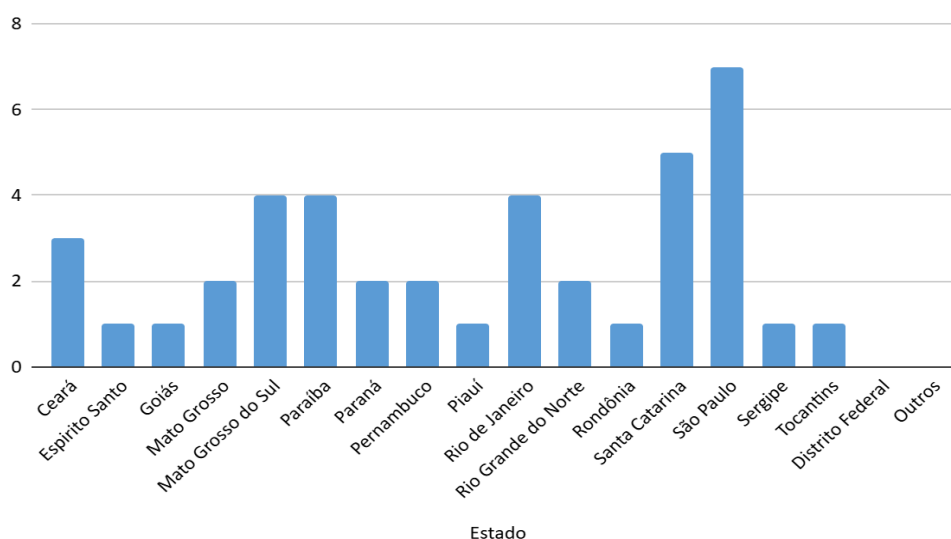
Esse crescimento pode ser relacionado ao processo de fortalecimento do marco normativo da educação nas prisões. Embora a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) já previsse a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, foi especialmente a partir das Resoluções nº 3/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e nº 2/2010 do Conselho Nacional de Educação, bem como da Lei nº 12.433/2011, que instituiu a remição de pena pelo estudo, que a temática passou a receber maior atenção de gestores públicos, pesquisadores e programas de pós-graduação.

Mais recentemente, a Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça ampliou esse movimento ao estabelecer procedimentos e diretrizes para o reconhecimento do direito à educação de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, reforçando a necessidade de articulação entre os sistemas de justiça, administração penitenciária e educação. A resolução também reafirma a centralidade da educação como direito fundamental e como instrumento de promoção da cidadania, contribuindo para o fortalecimento dos debates sobre as finalidades da educação no cárcere e sua recorrente associação à ressocialização.

Nesse contexto, o aumento das produções acadêmicas observado nos anos mais recentes parece refletir não apenas a ampliação das políticas públicas voltadas à educação prisional, mas também a crescente problematização dos próprios fundamentos que sustentam essas políticas. Se, por um lado, os marcos legais frequentemente vinculam a educação à reintegração social, por outro, pesquisadores têm questionado os limites da noção de *ressocialização* e defendido a compreensão da educação na prisão como direito humano que não deve estar condicionado aos objetivos da execução penal. Assim, o crescimento da produção científica pode ser interpretado como expressão tanto do fortalecimento das políticas educacionais no cárcere quanto do crescimento das críticas e disputas teóricas que atravessam esse campo.

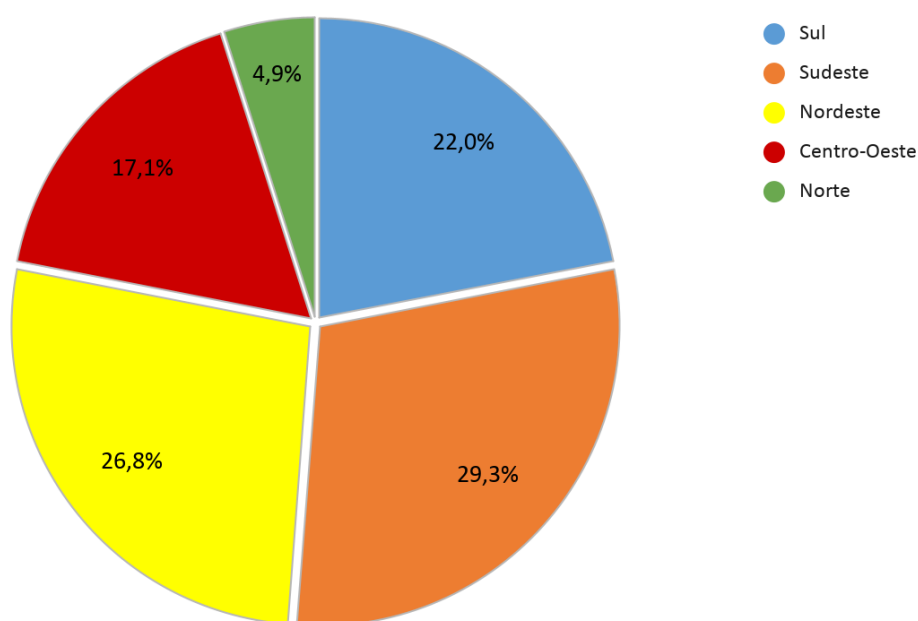
O quinto dado geral se refere ao quantitativo de trabalhos desenvolvidos e defendidos nos Estados brasileiros, apresentados no gráfico 04, e o sexto refere-se à distribuição regional, apresentada no gráfico 05.

GRÁFICO 04: Quantidade de trabalhos por Estado



Fonte: elaboração própria.

GRÁFICO 05: Quantidade de trabalhos defendidos por regiões



Fonte: elaboração própria.

A análise combinada dos dados presentes nos gráficos 4 e 5, evidencia que a distribuição estadual confirma, em parte, a tendência observada na análise regional. A liderança de São Paulo pode ser associada à elevada concentração de universidades, programas de pós-graduação e investimentos em pesquisa existentes no estado, que

historicamente ocupa posição central na produção científica nacional. Entretanto, os dados também revelam que a produção acadêmica sobre ressocialização não se concentra exclusivamente nos grandes centros tradicionais de pesquisa, estando distribuída por diferentes unidades da federação.

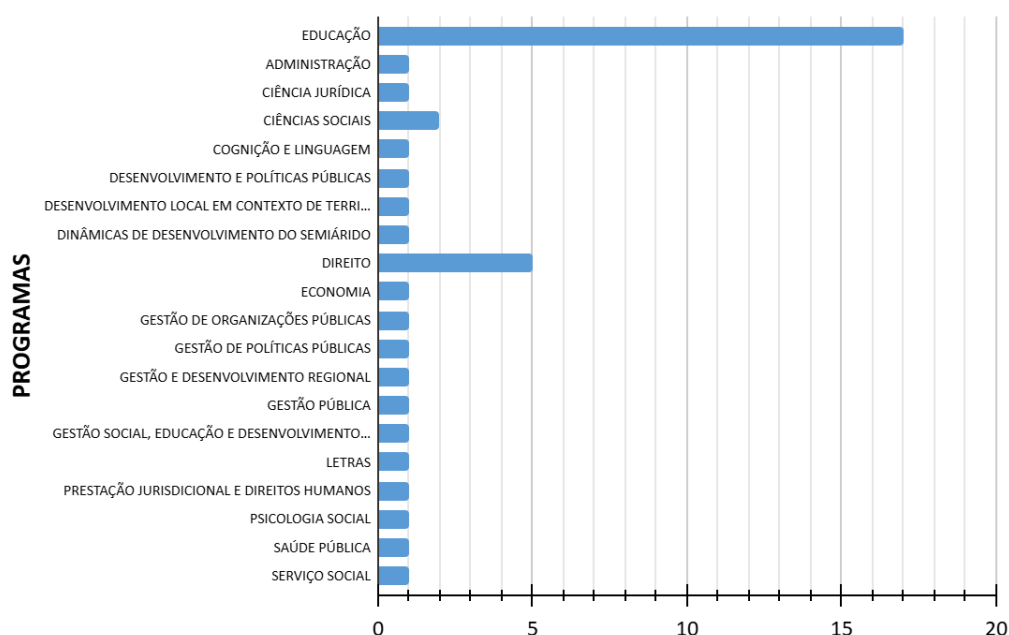
Chama atenção, por exemplo, a expressiva participação de estados como Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Ceará, que apresentam quantitativos relevantes quando comparados ao total da amostra. Esse cenário sugere que a produção sobre a interface entre educação e *ressocialização* no contexto prisional tem sido impulsionada não apenas pela estrutura acadêmica consolidada de determinados estados, mas também por agendas de pesquisa vinculadas às especificidades locais dos sistemas penitenciários e das políticas educacionais.

Quando esses dados são analisados conjuntamente com a distribuição regional, percebe-se que o campo de estudos apresenta uma configuração simultaneamente disseminada e fragmentada. Disseminada porque alcança diferentes estados e regiões do país; fragmentada porque a produção encontra-se pulverizada entre diversas instituições e localidades, sem a predominância de centros de pesquisa amplamente consolidados. Tal característica reforça a hipótese já apontada anteriormente de que as investigações sobre educação e *ressocialização* no cárcere ainda dependem, em grande medida, de iniciativas isoladas de pesquisadores e programas específicos, o que pode dificultar a formação de tradições investigativas mais estáveis e o acúmulo sistemático de conhecimento sobre a temática.

Por fim, esses índices desiguais em relação às produções acadêmicas revelam não apenas disparidades regionais, como também a forma como o sistema prisional se torna objeto de saber e poderio em determinados contextos como econômico, político e social.

Por fim, o sétimo e último dado geral, diz respeito à distribuição dos trabalhos nas temáticas dos programas de pós-graduação.

GRÁFICO 06: Quantidade de trabalhos defendidos em cada programa



Fonte: elaboração própria.

Constata-se que o desenvolvimento das pesquisas se concentram majoritariamente no campo da Educação (17), seguido do Campo de Direito (5) e depois pulverizado em diversas áreas de conhecimento, sendo os demais trabalhos distribuídos entre diversas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais.

É importante destacar, contudo, que essa predominância da Educação deve ser analisada à luz do próprio percurso metodológico da pesquisa. Os descritores utilizados no levantamento bibliográfico estavam diretamente relacionados ao campo educacional e à interface entre educação e prisão, o que naturalmente favorece a identificação de trabalhos vinculados a programas e linhas de pesquisa da área da Educação. Assim, o percentual encontrado reflete, em certa medida, as escolhas metodológicas que orientaram a constituição do *corpus* analisado.

Entretanto, mesmo diante desse recorte, chama atenção a presença significativa de produções oriundas de outras áreas do conhecimento. O fato de mais da metade dos trabalhos não estar vinculada ao campo da Educação evidencia que a discussão sobre a associação entre educação e *ressocialização* extrapola fronteiras disciplinares e mobiliza diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Desse modo, embora a Educação ocupe posição central no conjunto das produções analisadas, os dados revelam que o debate se configura como um campo de investigação

compartilhado por diferentes áreas do conhecimento, cuja diversidade de olhares pode contribuir para problematizar os sentidos atribuídos à educação no cárcere e sua recorrente vinculação aos objetivos da execução penal.

Todavia, esse panorama suscita também uma questão que poderá ser explorada em pesquisas futuras: como a associação entre educação e *ressocialização* tem sido discutida nesses diferentes campos do conhecimento? Considerando as distintas tradições teóricas que orientam áreas como Educação, Direito, Sociologia, Psicologia e Serviço Social, é possível supor que os entendimentos não sejam homogêneos. Nesse sentido, investigações comparativas podem contribuir para complexificar ainda mais o debate.

4.2 Educação e *ressocialização*: afinal, que associação é essa?

No contexto histórico, a relação entre educação e *ressocialização* tem oscilado entre projetos humanizadores e abordagens punitivas, revelando os dilemas éticos e políticos que envolvem o sistema penal. No contexto prisional, a *ressocialização* assume um papel discursivo estratégico na defesa da reconstrução dos vínculos sociais rompidos e para a humanização da pena

Embora a Lei de Execução Penal assegure os direitos humanos, na prática o que existe é um Estado de Coisas Inconstitucional, que coaduna com a crítica de Wacquant (2001, p.94), ao evidenciar que a prisão atua como “instituição total concebida para os pobres, meio criminógeno e desculturalizante moldado pelo imperativo da segurança”, que não pode senão “empobrecer aqueles que lhe são confiados [...] obliterando sob a etiqueta infamante de ‘penitenciário’ todos os atributos suscetíveis de lhes conferir uma identidade social reconhecida” .

Assim, em vez de promover a *ressocialização*, o cárcere intensifica a precariedade e a exclusão, arremessando o indivíduo em uma “espiral irresistível da pauperização penal”(Wacquant, 2001, p.94). Tal diagnóstico dialoga com a problematização da própria viabilidade da *ressocialização* em uma instituição estruturada por relações de controle, vigilância, privação e violência.

Entretanto, mesmo diante das críticas dirigidas à *ressocialização* como finalidade da pena e do reconhecimento, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, do Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro, a promessa *ressocializadora* não desaparece. Em muitos discursos, ela parece ser deslocada da prisão para a educação ofertada em seu interior. Se a instituição prisional demonstra reiteradamente sua incapacidade de promover a

integração social, a educação passa a ser convocada como elemento capaz de suprir essa insuficiência.

Tal deslocamento parece estar sustentado por uma compreensão amplamente difundida no senso comum e também presente em parte da produção acadêmica, segundo a qual a educação possui uma capacidade intrínseca de transformar indivíduos. A ela são atribuídas funções de mudança de comportamento, reconstrução moral, conscientização, preparação para o trabalho e adaptação às normas sociais. Desse modo, a educação acaba assumindo uma responsabilidade que originalmente foi atribuída à pena: a de produzir sujeitos aptos ao retorno à vida em sociedade.

O problema dessa formulação reside justamente no risco de transferir para a educação uma expectativa que nem o próprio sistema penal conseguiu cumprir. Ao ser concebida prioritariamente como instrumento de *ressocialização*, a educação pode ter seu caráter de direito humano fundamental secundarizado em favor de finalidades utilitaristas vinculadas à gestão da população prisional. Nesse sentido, torna-se necessário questionar não apenas a efetividade da *ressocialização* como objetivo da pena, mas também os pressupostos que sustentam a recorrente atribuição dessa missão à educação no contexto do cárcere.

Uma educação libertadora, tal como defendida por Paulo Freire (1987), orienta-se pela conscientização crítica dos sujeitos e pela sua capacidade de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos. Sob essa perspectiva, a educação não tem por finalidade adaptar indivíduos a uma determinada ordem social, mas criar condições para que eles se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir no mundo e se libertarem das realidades opressoras a que estão submetidos. Entretanto, essa não é a única concepção de educação presente na sociedade. Historicamente, diferentes projetos educativos também estiveram voltados para a conformação de comportamentos, a transmissão acrítica de valores e a reprodução das estruturas sociais existentes.

Essa discussão torna-se particularmente relevante quando situada no contexto prisional. A associação recorrente entre educação e *ressocialização* tende a pressupor que a educação possui uma capacidade intrínseca de corrigir, ajustar ou transformar indivíduos considerados desviantes, aproximando-se, por vezes, mais de uma lógica adaptativa do que emancipatória. Isso põe em evidência o caráter contraditório da educação em prisões: ao mesmo tempo em que pode representar uma via de emancipação, também corre o risco de ser absorvida por um sistema que almeja produzir corpos dóceis, Foucault (1987). Daí a importância salutar de compreender como a ideia de *ressocialização* tem sido entendida e tratada no campo da educação nas prisões.

Essa contradição exige análise crítica e evidencia que não basta garantir o direito formal à educação no cárcere; é indispensável interrogar quais concepções de educação orientam as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços e quais finalidades lhes são atribuídas. Afinal, a simples oferta de atividades educativas não assegura, por si só, processos de emancipação, conscientização ou ampliação da autonomia dos sujeitos. Dependendo dos pressupostos que a sustentam, a educação pode tanto contribuir para a leitura crítica da realidade e para o fortalecimento dos sujeitos encarcerados quanto servir à adaptação destes às normas e expectativas institucionais.

Nessa direção, torna-se fundamental investigar de que maneira a produção acadêmica tem compreendido a relação entre educação e *ressocialização*. A recorrência dessa associação nos discursos sobre educação prisional pode revelar tanto uma aposta na potência transformadora da educação quanto a incorporação, muitas vezes pouco problematizada, de pressupostos oriundos do campo penal.

Nesta pesquisa, a análise dos títulos e resumos dos trabalhos acadêmicos, com foco em seus objetivos, revelou três grandes tendências das produções acadêmicas no trato com a associação entre educação e *ressocialização*. Cada uma dessas tendências deu origem a uma categoria de análise, que será apresentada nas subseções a seguir.

4.2.1 Entrelaçamento da educação como a política de *ressocialização*

A Lei de Execução Penal (1984) consolida a ideia de *ressocialização* como função da pena em seu Art. 1, que afirma que “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” (grifo nosso). O Art. 17 prevê, por sua vez, a assistência educacional, compreendendo a instrução escolar e formação profissional para as pessoas privadas de liberdade, estando, assim, em consonância com a Constituição de 1988 que enfatiza o direito da universalização à educação em seu Art. 205.

A aproximação entre educação e *ressocialização* não decorre portanto apenas de construções teóricas ou do senso comum, mas encontra respaldo no próprio ordenamento jurídico brasileiro. Embora a Lei de Execução Penal não estabeleça explicitamente uma relação causal entre educação e integração social, a coexistência, em seu texto, da *ressocialização* como finalidade da execução penal e da assistência educacional como direito da pessoa privada de liberdade contribuiu para que, ao longo das últimas décadas, a educação passasse a ser frequentemente concebida como um dos principais meios para alcançar tal

finalidade. Esse entendimento foi posteriormente reforçado por políticas públicas e normativas que passaram a atribuir à educação um papel estratégico nos processos de *ressocialização*, tornando a associação entre esses dois conceitos cada vez mais recorrente no campo da educação nas prisões.

É precisamente nesse contexto de consolidação normativa e discursiva da associação entre educação e *ressocialização* que se situam as produções analisadas neste estudo. Contudo, embora compartilhem esse horizonte comum, os trabalhos não assumem posições homogêneas diante dessa relação, revelando diferentes formas de compreendê-la, problematizá-la ou legitimá-la.

A primeira categoria analítica desta pesquisa, intitulada “Entrelaçamento sem crítica”, reúne os 14 trabalhos que tendem a apresentar objetivos que colocam o entrelaçamento entre educação e *ressocialização* sob análise, sem anunciar previamente uma crítica a tal associação nem tampouco assumi-la como uma verdade evidente ou incontestável.

Quadro 04: Trabalhos que entrelaçam educação e *ressocialização* em uma perspectiva analítica, sem uma evidência prévia de afirmação ou problematização dessa associação.

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
01	"A EDUCAÇÃO POR TRÁS DAS GRADES: UMA POSSIBILIDADE DE (RES) SOCIALIZAÇÃO"	EDUCAÇÃO	Analisar se a educação formal oferecida nos sistemas carcerários pode ser fator contribuinte na modificação individual, humanização e reinserção social do apenado após cumprir sua pena corporal, argüindo sobre a realidade fática, jurídica e social do papel da educação na contemporaneidade na formação do ser humano, ainda que este seja apenado.
02	A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO NO CÂRCERE NA PERSPECTIVA DE AGENTES EDUCATIVOS	EDUCAÇÃO	Visa investigar, por meio das narrativas de agentes educativos, os limites e possibilidades da educação no contexto de socialização e humanização nas prisões, tendo como base questionamentos do tipo: Como a educação pode contribuir no processo de socialização e humanização das pessoas em situação de restrição e privação de liberdade?
03	A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO: O CASO DA PENITENCIÁRIA DE SÃO MATEUS-ES	GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	O presente trabalho tem como objetivo observar se a educação oferecida aos presos da penitenciária de São Mateus é realizada com o objetivo da ressocialização.
04	A POLÍTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO IDOSO NO	COGNIÇÃO E LINGUAGEM	[...] se objetiva, neste estudo, uma investigação teórica e empírica para analisar

	MUNICÍPIO DE ITAPERUNA-RJ: UMA ANÁLISE SOBRE A REMIÇÃO DE PENA PELO INCENTIVO À LEITURA		a política de ressocialização do idoso preso no Presídio masculino Diomedes Vinhosa Muniz na Cidade de Itaperuna/RJ e a possibilidade de redução de pena, por meio da leitura.
05	A POLÍTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL: INSTRUMENTO DE REINTEGRAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL?	EDUCAÇÃO	O presente estudo tem por objetivo analisar as ações da política de ressocialização dos presos no Brasil, tendo como principal instrumento de análise a Lei de Execuções Penais LEP, promulgada em 1984, onde se defende que, embora privados de liberdade, os reclusos mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, devendo a execução ocorrer de forma a facilitar a sua reintegração na sociedade, preparando a sua reinserção de modo responsável.
06	A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO ESTUDO E DO TRABALHO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	CIÊNCIAS SOCIAIS	Tem como objetivo central compreender como vêm funcionando os programas laborativos e educacionais no sistema penitenciário brasileiro; qual a percepção dos diversos agentes operadores da execução penal quanto aos programas de ressocialização; e qual o impacto efetivo da educação e do trabalho na ressocialização dos detentos.
07	AValiação econômica de atividades laborais e educacionais sobre a ressocialização de detentos nos estabelecimentos prisionais de Santa Catarina	ECONOMIA	A avaliação de políticas públicas cumpre o papel de avaliar o gasto público pelos critérios da efetividade, eficiência e transparência, honrando o cidadão pagador de tributos. Com o intuito de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação de políticas públicas, este estudo preenche uma lacuna na literatura nacional ao avaliar a relação entre a oferta de trabalho e educação nos estabelecimentos prisionais catarinenses e a taxa de reincidência, com base em dados oficiais prestados pela Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa do Estado de Santa Catarina.
08	EDUCAÇÃO PRISIONAL: PRECONCEITO, POTENCIAL (DE)FORMATIVO E RESSOCIALIZAÇÃO	EDUCAÇÃO	Teve por objetivo compreender os impactos ou não do processo educacional ministrado aos reeducandos em uma unidade prisional do Estado de Goiás, para discutir o quanto a educação, como meio, é capaz de restituir, efetivamente, o reeducando para a sociedade. Para tanto, tornou-se necessário abordar as categorias trabalho, educação, preconceito, violência, sistema prisional, indivíduo, sociedade, barbárie, ressocialização e emancipação.
09	ENTRE A GRADE E A LIBERDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PARA A	CIÊNCIAS SOCIAIS	[...] analisar o contexto da educação na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio [...], abordando sentidos e significados dos professores, dos alunos

	RESSOCIALIZAÇÃO NO PRESÍDIO SARGENTO JORGE EM COROMANDEL/MG NO PERÍODO 2018-2019		privados de liberdade e dos agentes penitenciários a respeito dos desafios e das possibilidades da educação para a ressocialização.
10	ENTRE O ENSINO E A RESSOCIALIZAÇÃO: PRÁTICAS DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PRISIONAL MASCULINA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	EDUCAÇÃO	A pesquisa tem como objeto de investigação a prática educativa dos professores de Ciências que atuam na educação prisional. Partimos do pressuposto de que, na ausência de uma formação profissional e acadêmica no campo, esses docentes acabam por usar em suas aulas no cárcere as mesmas estratégias didáticas realizadas em escolas extramuros, subestimando as especificidades do ensino prisional. Nesse sentido, busca-se caracterizar as práticas docentes desenvolvidas em prisões, reconhecendo as especificidades do ensino de Ciências nessa modalidade escolar.
11	PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CONECTANDO SABERES II/EAD: REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRIVADO DE LIBERDADE	EDUCAÇÃO	[...] tem como objetivo geral, analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD” com foco na ressocialização dos privados de liberdade do Presídio Federal de Campo Grande - MS nos anos de 2017- 2018 e os objetivos específicos são: Identificar, nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa), os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização.
12	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE APRISIONADOS (AS) E TÉCNICOS (AS), SOBRE OS PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO (ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO E TRABALHO) NO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DE SERGIPE	EDUCAÇÃO	Esta pesquisa analisa as representações sociais de presos(as), coordenadores e professores, sobre os programas de ressocialização, por meio das atividades de educacionais e de laborterapia, desenvolvidos nas unidades prisionais Cadeião destina a pessoas do sexo masculino e Presídio Feminino no município de Nossa Senhora do Socorro, tendo em vista da ampliação dos direitos e da cidadania deste segmento.
13	RESSOCIALIZAÇÃO OU CONTROLE SOCIAL? UMA ANÁLISE DO TRABALHO CARCERÁRIO	SERVIÇO SOCIAL	Este estudo procura verificar, como tem sido o trabalho carcerário posto à prova da venalidade do capitalismo; trata-se, de averiguar como ocorre o trabalho da população carcerária dentro do programa de ressocialização do Estado de Pernambuco, especificamente na Penitenciária Professor Barreto Campelo. Para alcançar tal objetivo, procuramos centrar nossa análise no perfil do trabalhador carcerário concessionado, nas relações de âmbito institucional e suas

			intervenções no convívio carcerário, tendo em vista, examinar em que medida esse trabalho pode contribuir para a não reincidência carcerária. Nesta perspectiva, buscou-se identificar a possibilidade de eficácia da ressocialização pelo trabalho, considerando-se a formalidade legal e as condições materiais existentes.
14	TRABALHO E EDUCAÇÃO NOS PRESÍDIOS: A RESSOCIALIZAÇÃO EM PENITENCIÁRIAS DE CAMPINA GRANDE- PB	SAÚDE PÚBLICA	Compreender a ressocialização para a gestão e detentos de unidades prisionais que desenvolvem ações de educação e trabalho, verificar o nível de compreensão da gestão e detentos quanto ao processo de ressocialização como finalidade da pena e analisar as ações de trabalho e educação desenvolvidas nas unidades prisionais.

Fonte: Elaboração própria.

A análise do conjunto específico de 14 trabalhos, sendo 7 diretamente vinculados à área da educação e 7 provenientes de outras áreas, permite fazer uma ressalva: como dito anteriormente, o nosso foco se deu justamente em como a *ressocialização* vem sendo abordada no campo da educação. Portanto, é natural que a maioria dos trabalhos apontem uma predominância maior neste campo. Entretanto, os 7 trabalhos que não são provenientes da área da educação em relação ao total geral de 41 produções revelam não apenas recorrências discursivas, mas também limites e deslocamentos na forma como o tema é abordado.

Primeiramente, observa-se uma predominância de abordagens avaliativas e de impacto. Mesmo entre os trabalhos da área da educação, há uma tendência significativa de tratar a educação na prisão a partir de indicadores de eficiência, resultado e desempenho institucional. Isso indica que a educação é frequentemente interpretada dentro de uma lógica de gestão, funcionando como ferramenta de regulação da população carcerária. Nos trabalhos de outras áreas, essa característica se intensifica, reforçando a educação enquanto um componente de políticas públicas voltadas à administração do sistema prisional, e não como prática pedagógica emancipatória.

Outro ponto importante é a centralidade da linguagem de transformação do sujeito. Na maioria dos trabalhos analisados, a educação aparece associada à ideia de mudança, reconfiguração de trajetórias e reconstrução moral dos sujeitos privados de liberdade. Apesar de muitos trabalhos não assumirem explicitamente uma posição normativa, essa concepção revela uma aproximação com uma racionalidade pedagógica de correção. Ou seja, mesmo quando a *ressocialização* é colocada em questão, a educação em si é raramente problematizada como possível instrumento de controle ou dominação. Este ponto aparece

tanto nos trabalhos da educação quanto nos de outras áreas, indicando uma possível predominância desse discurso nas produções acadêmicas.

O elevado grau de abordagens avaliativas e orientadas para o desempenho nas análises pode ser visto no contexto da disciplinarização dos corpos Foucault (1987), pois entende-se que a educação na prisão é fundada em uma lógica onde a disciplina forma os indivíduos. Em outras palavras, quando vista como uma ferramenta para a eficiência institucional, a educação é mais uma tecnologia para controlar a população carcerária do que uma prática emancipatória.

Da mesma forma, o fato de estudos de outras áreas reforçarem a educação como um componente das políticas públicas de gestão prisional alinha-se com a análise de Loïc Wacquant (2001), com a qual o sistema penal contemporâneo tem sido identificado como a “gestão da marginalidade”, sugerindo que os esforços nesta área podem ser mais sobre gerenciar a desigualdade do que promover a mudança social.

A associação repetida entre educação e transformação da pessoa, como observado nos dados, pode ser problematizada através de Goffman (1961), que enfatiza que as instituições totais constituem a “mortificação do eu”. A educação parece, assim, inserida em processos institucionais de reconfiguração da identidade e, como tal, é orientada para a adaptação às normas convencionais.

Por outro lado, a falta de problematização da educação como meio de controle está em desacordo com a filosofia de Paulo Freire (1967), que afirma que a educação deve ser a prática da liberdade e que devemos vê-la como um espaço para a conscientização crítica, não apenas para o ajuste das pessoas.

O enquadramento repetido dos trabalhos estudados também pode ser visto da perspectiva de Althusser (1985, p.53), entendendo a educação como um elemento que “assegura a reprodução das relações de produção”, explicando assim por que mesmo quando ligada à *ressocialização*, raramente é desafiada em seus efeitos de controle e dominação.

Em síntese, observa-se que os trabalhos que a priori se propõem a analisar as interfaces entre *ressocialização* e educação apresentam majoritariamente discursos centrados na transformação individual, na adaptação às normas sociais e na avaliação de resultados demonstrando, assim, que a educação ainda é concebida, majoritariamente, como instrumento de intervenção sobre o indivíduo, relegando a um segundo plano a problematização das estruturas sociais que produzem o encarceramento e das próprias funções políticas desempenhadas pela educação no interior da prisão. Nesse sentido, os achados desta revisão apontam para a necessidade de ampliar o debate acadêmico, deslocando o foco da eficácia da

educação para uma análise crítica de seus pressupostos, de suas finalidades e das relações de poder que a atravessam.

4.2.2 Educação como contribuição à *ressocialização*

Esta segunda categoria analítica, composta por 24 trabalhos e intitulada “Entrelaçamento em defesa da positividade da *ressocialização*”, reúne produções que não problematizam a relação entre educação e *ressocialização*, tomando-a como pressuposto dado. Em vez de interrogá-la, esses estudos concentram-se em analisar suas supostas contribuições, reforçando a compreensão de que a educação se constitui como principal via de superação da condição prisional e de promoção da *ressocialização* das pessoas privadas de liberdade.

Quadro 05: Trabalhos que concebem a educação como contribuição à *ressocialização* sem problematizar essa relação

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
01	A CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da educação para a <i>ressocialização</i> do detento como uma das possíveis condições para o seu reingresso ao convívio social.
02	A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA REINCIDÊNCIA E RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS.	EDUCAÇÃO	A presente dissertação aborda a concessão do trabalho externo que representa um dispositivo importante como medida e concretização da <i>ressocialização</i> da pena ao detento profissional autônomo do Estado do Ceará, expressando ser ao mesmo tempo, direito e obrigação do sentenciado.[...]. Neste viés, tem-se a proposição de responder a seguinte questão: como o Ceará operacionaliza as políticas públicas para a concessão do trabalho externo ao detento profissional? Assim sendo, o objetivo visa investigar como acontece a concessão do trabalho externo ao detento profissional com base na operacionalização das políticas públicas. No decorrer deste estudo busca-se

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
			na legislação vigente, leis e políticas públicas que podem ser aplicadas ao sistema prisional, com a intenção de contribuir, de algum modo, para resolver ou pelo menos, amenizar os problemas existentes, sobretudo, com relação ao trabalho externo do apenado com vistas à sua ressocialização.
03	A EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DO DELITO E NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS REEDUCANDOS ²	DIREITO	A educação na prevenção do delito e na ressocialização dos reeducandos demonstrar que o conhecimento informa e transforma as pessoas em serem menos propícios a cometerem delito, pois o conhecimento evitará a prática do crime, a reincidência e aponta as consequências que o ato acarreta para o reeducando, a família e a sociedade. A educação como instrumento libertador destinado às pessoas privadas da liberdade, proporciona o conhecimento e o desenvolvimento, eis que, conhecendo seus direitos poderão converter-se em pessoas melhores a cada dia e apreenderem a respeitar os direitos dos demais.
04	A EDUCAÇÃO NO COMPLEXO PENAL ESTADUAL AGRÍCOLA DR. MÁRIO NEGÓCIO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA NA PERSPECTIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE	EDUCAÇÃO	Essa experiência [como pedagoga no Complexo Penal] fez nascer este estudo, que tem por objetivo geral entender as práticas educacionais no Complexo Penal Estadual Agrícola Dr. Mário Negócio com uma perspectiva de ressocialização às pessoas privadas de liberdade.
05	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO RESGATE DA CIDADANIA NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTAS: O CASO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA	GESTÃO PÚBLICA	Nesse sentido, através da pesquisa quanti-qualitativa e estudo de caso, buscou-se observar os efeitos das políticas públicas de educação profissional na Penitenciária Feminina de Teresina, no processo de ressocialização e resgate da cidadania das detentas.
06	A ESCOLA NA PRISÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NA	EDUCAÇÃO	O objetivo principal deste estudo é promover a análise dinâmica sobre o mecanismo da educação prisional, na busca

² No resumo deste trabalho não está presente seu objetivo. Verificamos, por isso, o trabalho na íntegra e ainda assim não o encontramos. Por isso, para classificá-lo, valemo-nos conjuntamente do título e dos entendimentos teóricos mobilizados.

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
	RESSOCIALIZAÇÃO DO CUSTODIADO NA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA DE TRÊS LAGOAS - MS		de analisar a sua eficácia no processo de ressocialização dos internos da Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas - MS. [...] a fim de compreender qual o verdadeiro alcance da ressocialização por meio da educação. [...] Com os resultados obtidos, espera-se compreender os principais obstáculos na escola intramuros e indicar possíveis soluções, contribuindo para que a ressocialização seja alcançada.
07	A MULHER E O ENCARCERAMENTO: GARANTISMO PENAL, RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NO PRESÍDIO AURI MOURA COSTA	DIREITO CONSTITUCIONAL	Em assim sendo, a presente pesquisa traz por objetivo analisar a assistência educacional no presídio feminino cearense Ari Moura Costa, de modo a aferir a legitimação do direito fundamental à educação na prisão feminina cearense como alternativa à reintegração social das detentas.
08	A RESSOCIALIZAÇÃO DO (A) APENADO (A) POR MEIO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO DIGNO NA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES	Busca-se identificar, a educação e o trabalho digno como meio de solução destes problemas. Como resultado busca se constatar a importância da educação e do trabalho como forma de ressocialização de apenados dentro do sistema penitenciário e também de egressos, visto que são atribuídos benefícios como para evitar a ociosidade, trabalhar a moral e a dignidade, além de oferecer oportunidades de escalonamento humano e consequentemente a (re)inserção social, também busca se por meio do empoderamento individual gerar impacto no Desenvolvimento Local.
09	A RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS	[...] a problemática investigada tem como objeto de estudo conhecer e analisar o programa de ressocialização por meio da educação escolar no Centro de Ressocialização Luz do Amanhã (CRLA), na forma estrutural e sob o ponto de vista dos discursos dos educandos.
10	CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL : UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA)	ADMINISTRAÇÃO	O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da educação para a ressocialização do detento como uma das possíveis condições para o seu reingresso ao convívio social.
11	DIREITO A EDUCAÇÃO:	EDUCAÇÃO	O presente trabalho tem por escopo delinear

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
	POLITICAS PUBLICAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO CARCERÁRIA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA		um panorama da atual condição do sistema penitenciário brasileiro, tratando do papel ressocializador que a educação desempenha na política de execução penal. Por meio de exames documentais e de coleta de relatos em entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados à coordenação pedagógica, professores e educandos presos sobre a importância do padrão de política pública de educação penitenciária aplicado no Estado do Paraná, procurou-se compreender a função que a educação de jovens e adultos, realizada através do Ceebja Odair Pasqualini, escola inserida na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, exerce no sistema penitenciário paranaense, apresentando e analisando as relações entre educação escolar e ressocialização inseridas em um sistema penal.
12	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCOLA NO CÁRCERE E RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES CEARENSES NO REGIME SEMIABERTO	EDUCAÇÃO BRASILEIRA	Este estudo objetiva entender a contribuição da Educação de Jovens e Adultos para a ressocialização de mulheres, condenadas a privação de liberdade em regime semiaberto, participantes das atividades do Projeto Aprendizes da Liberdade, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa.
13	EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE DA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE PETROLINA-PE	DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO	Esta pesquisa analisou, numa perspectiva inclusiva da educação no sistema prisional, as práticas de letramento que ocorrem e os seus impactos no processo de ressocialização e inclusão das apenadas da unidade prisional feminina de Petrolina/PE.
14	EDUCAÇÃO SUPERIOR UM PASSO PARA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS NO SISTEMA PRISIONAL DE PORTO VELHO ³	DIREITO	O preso é um cidadão pagando uma pena criminal, recolhido e impossibilitado de sair de uma instituição do Estado, e por tanto, não haveria como negar-lhe os direitos tão básicos como o de estudar. E é diante, desse contexto, que encontra as decisões judiciais da Vara de Execução Penal de Porto Velho proibindo os presos, em regime fechado, de cursar cursos de nível superior, mesmo diante da aprovação em processo seletivo

³ Idem à nota de rodapé 2.

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
			(vestibular), da Universidade Federal do Estado de Rondônia, ultrapassando os limites legais da Lei de Execução Penal, previsto no art. 17, que reconhece a assistência educacional compreendida em instrução escolar e a formação profissional do preso de forma a promover o seu desenvolvimento. A Educação Superior é um instrumento que torna possível o exercício das capacidades humanas, ainda mais que, na modernidade o acesso às liberdades instrumentais se tornou refém da expansão tecnológica. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável.
15	EDUCAR PARA ALÉM DAS CELAS DE AULA: EDUCAÇÃO PRISIONAL COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO	CIÊNCIA JURÍDICA	Esta pesquisa busca refletir sobre o processo educacional e pensar possibilidades de novas práticas para educação nas prisões voltadas para ressocialização das pessoas privadas de liberdade, com a contribuição dos olhares dos sujeitos envolvidos diretamente no processo de escolarização: gestores, professores e presos.
16	LEITURA CRÍTICA: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO.	LETRAS	A escola prisional através da mediação pedagógica do ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se num espaço por excelência de aprendizagem, valorização e consolidação de uma leitura crítica capaz de ajudar na reinserção social dos apenados. Nesta perspectiva foi dado início a esta pesquisa com o objetivo geral descrever como as aulas de linguagem, da Cadeia Pública de São João do Rio do Peixe (SJRP) – PB vem sendo desenvolvidas e suas possíveis contribuições para a construção de competências relativas à leitura crítica direcionada à reinserção social dos presos buscando responder ao problema de pesquisa inicial que foi investigar dentro de um cenário educacional intramuros se e como aulas de linguagem ministradas nas instituições carcerárias poderiam promover uma leitura capaz de ajudar na ressocialização dos apenados? Nossa hipótese foi que dentro do currículo de

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
			Língua Portuguesa a leitura crítica poderia auxiliar no processo de ressocialização.
17	LEITURA LITERÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HUMANIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO	EDUCAÇÃO E ENSINO	Tem por objetivo compreender qual a contribuição do ensino da leitura literária na humanização e na ressocialização de jovens e adultos com restrição de liberdade.
18	O ENSINO POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SISTEMA CARCERÁRIO BAIANO COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO	MESTRADO EM DIREITO	Este estudo visa analisar o sistema educacional nos presídios da Bahia e versa, também, sobre a utilização de tecnologias disponíveis na sociedade para promoção do processo de ressocialização dos internos no sistema prisional por meio do ensino a distância, demonstrando suas vertentes positivas e negativas.
19	OS ALCANCES E LIMITES DA EDUCAÇÃO FORMAL NA PERSPECTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO NO PRESÍDIO FEMININO ANA MARIA DO COUTO MAY	EDUCAÇÃO	O principal objetivo é evidenciar as situações que envolvem o processo de Educação na perspectiva da ressocialização de recuperandas da referida Penitenciária, em particular no período de reclusão pesquisado.
20	RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS? A MAGNITUDE DA APLICAÇÃO DO ENSINO NO AMBIENTE PRISIONAL	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	O objetivo deste estudo é identificar, dentro da 4ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, a magnitude da aplicação do ensino dentro do ambiente prisional, como mecanismo para a ressocialização dos apenados.
21	RESSOCIALIZAÇÃO E REMIÇÃO DA PENA POR MEIO DO ACESSO À LEITURA E DA ESCRITA NO SISTEMA PRISIONAL DE PORTO VELHO	DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA – PPG/DHJUS	Este trabalho tem como objetivo apresentar o direito do acesso à educação aos presos condenados, do regime fechado, semiaberto e aberto, inclusive os presos provisórios do Sistema Penitenciário de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, através do ato da leitura e da escrita como condição para a ressocialização e remição da pena.
22	RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: O DIREITO À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO NA 3ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO 2018-2020	DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Neste viés, considerando o dever estatal de garantir estes direitos [... à educação e ao trabalho] e que as políticas públicas prisionais objetivam a ampliação do número de apenados em atividades educacionais e laborais, busca-se analisar o direito à educação e ao trabalho na 3ª Região Penitenciária do Estado do RS, nos anos de 2018, 2019 e 2020, como condição para o alcance da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. E pretende-se verificar se as políticas públicas

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	Objetivos
			penitenciárias e modelo de gestão para a política prisional impactaram de maneira positiva no sistema prisional da região.
23	RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS-SC	EDUCAÇÃO	O objetivo deste trabalho propõe uma reflexão quanto à legalidade e importância da educação, mais detidamente no nível superior, no processo de ressocialização dos apenados, além de apresentar a realidade vigente no Brasil sobre a temática.
24	UM OLHAR CRÍTICO E DIALÓGICO ENTRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL, O ENSINO DE CIÊNCIAS E O PREPARO DO REEDUCANDO PARA A SUA RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Objetivou-se com a pesquisa demonstrar como a educação pode romper com o este ciclo da criminalidade, ajudando a quebrar e ajudar na ressocialização e a reintegração social, proporcionando às pessoas que cumprem pena no sistema prisional oportunidades concretas de reescrever a sua própria trajetória de vida.

Fonte: Elaboração própria.

Ao observarmos os 24 trabalhos nesta categoria, podemos ver que a relação entre educação e *ressocialização* é geralmente vista como positiva (e desejável). Isso pode ser visto nas seguintes frases presentes nos objetivos dos trabalhos: “contribuição da educação para a ressocialização”, “papel da educação na ressocialização”, “educação como forma de reduzir a reincidência”, “educação como resgate da cidadania”, “educação como processo de ressocialização” e “educação como condição para a reintegração social”. Pode-se ver que a educação é entendida a priori nestes trabalhos como um mecanismo pelo qual as pessoas conseguem alcançar mudanças positivas em suas vidas.

Outro dado importante é a linguagem da transformação pessoal presente nestes trabalhos. A maior parte deles se refere à educação como um mecanismo de humanização/cidadania, construção de autonomia, redução da reincidência, mudança de comportamento e reintegração social. Ou seja, a educação é vista como corretiva e transformadora e, por isso, uma ferramenta para superar as correntes do encarceramento.

Os trabalhos desta categoria focam em discutir os benefícios da educação na prisão, deixando de observar as contradições que se colocam para a efetivação de uma educação efetivamente emancipatória em um ambiente institucional que estruturalmente está forjado em princípios de vigilância, disciplina e restrição de liberdade. Na prática, o ambiente prisional é um cenário de exclusão e marginalização em vez de inclusão social.

Além disso, os dados mostram que a maioria dos estudos tentam medir resultados e impactos positivos da educação na prisão, sendo apresentada como instrumento para reduzir a reincidência, promover a cidadania ou gerar oportunidades de emprego ou *ressocialização*. A lógica de desempenho e eficácia nesses casos parece estar ligada à educação como uma política pública que deve ter certos efeitos sociais, distanciando-se assim a compreensão da educação como direito humano.

Na maioria dos trabalhos analisados nesta categoria vemos que a *ressocialização* está associada a aprender algo como conhecimento, habilidades, hábitos e comportamentos que são úteis para a vida em sociedade, para ajudar o indivíduo a retornar à sociedade como se esse processo dependesse unicamente do sujeito. De uma perspectiva freireana, para que o indivíduo privado de liberdade retorne à sociedade ele precisa ser capaz de entender os tipos de opressão que fazem parte de sua trajetória e que, inclusive, muitas vezes o conduziram à prisão, e ser uma pessoa consciente de sua realidade para poder intervir nela em conjunto com outras pessoas. Esse processo não se constrói sem problematização.

Nesse sentido, embora os trabalhos apontem a educação como o pilar do processo de *ressocialização*, além de não problematizá-la, também não refletem se as práticas educacionais desenvolvidas nas prisões estão sendo desenvolvidas numa perspectiva emancipatória ou se podem estar servindo de mecanismo de disciplina e controle. Não problematizam, portanto, nem os limites da *ressocialização* e tampouco os da educação.

4.2.3 Problematização da associação entre educação e *ressocialização*

A terceira, e última categoria analítica, intitulada “Crítica problematizadora do entrelaçamento entre educação e *ressocialização*” é composta por apenas 3 (três) trabalhos que desloca o debate da funcionalidade da educação para a problematização do próprio paradigma *ressocializador*, evidenciando seus limites, suas mediações discursivas e suas fragilidades empíricas. Ou seja, problematizam a suposta função *ressocializadora* da educação.

Quadro 06: Trabalhos que problematizam a associação entre educação e *ressocialização*

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	objetivos
1	“UM PRESIDÁRIO NO ETHOS ACADÊMICO DA UFSC”: UMA NARRATIVA BIOGRÁFICA SOBRE EDUCAÇÃO PRISIONAL	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	[...] investigar os impactos do processo de educação iniciado dentro do sistema carcerário de Santa Catarina, ultrapassando

Título do Trabalho		Programa de Pós-graduação	objetivos
	E SUA PRETENSA RESSOCIALIZAÇÃO		suas grades e muros e chegando à Universidade Federal de Santa Catarina, na trajetória de um detento à ex-detento..
2	A (IM) POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO ESTUDO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA MASCULINA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PSICOLOGIA SOCIAL	[...] tem por objetivo identificar as representações sociais da ressocialização, por meio da escola, de prisioneiros masculinos de presídios situados no Rio de Janeiro. A legislação brasileira tem, entre seus princípios organizadores, o conceito de ressocialização de prisioneiros, ao estabelecer limites de duração da pena e impedir a pena de morte. Entretanto, ao analisarmos as condições carcerárias existentes neste ideário de ressocialização, verificamos que este ideário não possui e nem produz eficácia.
3	A PRODUÇÃO SOCIAL DO DISCURSO DA EDUCAÇÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE INDÍVIDUOS APRISIONADOS EM MATO GROSSO DO SUL	EDUCAÇÃO	Foram observados os discursos instituídos, tanto pelos documentos oficiais quanto pelos professores do referido Projeto, a fim de identificar quais os mecanismos utilizados pelo Estado são respaldados pelo consenso em torno da “educação para ressocialização” de homens e mulheres aprisionados.

Fonte: Elaboração própria.

As três obras nesta categoria em vez de assumir que a educação é um mecanismo de *ressocialização* questiona essa relação e sua eficácia na prisão. Enquanto as categorias anteriores estavam preocupadas com o papel da educação na *ressocialização* e os impactos e potencialidades dessa educação, as obras incluídas nesta terceira categoria focam nas limitações, contradições e condições da própria *ressocialização*, que dirá a associação entre educação e *ressocialização*. Entretanto, apesar de sua relevância para o campo científico, quando comparamos estas três obras ao total geral de 41 trabalhos, fica evidente que há uma profunda carência de criticidade sobre a relação entre educação e *ressocialização* nos trabalhos acadêmicos analisados..

Outro aspecto importante é a diversidade dos campos de conhecimento aos quais essas obras estão ligadas. Apenas uma delas se enquadra no campo da Educação, enquanto as outras estão em Gestão de Políticas Públicas e Psicologia Social. Isso mostra que as problematizações sobre *ressocialização* vão além do mero debate educacional e, inclusive, é pouco expressivo no campo da Educação. As três obras reunidas nesta categoria não buscam provar se a educação *ressocializa*, mas entender discursos, representações e efeitos a partir do próprio conceito de *ressocialização*.

No primeiro estudo, observa-se o caminho percorrido por um indivíduo que vai para a universidade após a prisão. No segundo estudo, questiona-se a própria noção de *ressocialização* através das representações sociais dos prisioneiros sobre um ideal que, segundo o estudo, não está conectado com o mundo na vida prisional real. No terceiro trabalho, o foco é estudar como o discurso de educação e *ressocialização* é gerado e legitimado por documentos oficiais e pelas pessoas envolvidas na educação na prisão.

A perspectiva problematizadora presente nos trabalhos desta categoria se alinham com a criminologia crítica. Tal como Alessandro Baratta e Eugenio Raúl Zaffaroni, que questionam a eficácia e legitimidade da *ressocialização* como função da pena e argumentam que a prisão é mais um sistema de controle social do que um meio de integração para as pessoas. Baratta (2002) propõe uma visão crítica da reintegração social que evidencia que a prisão não ajuda na *ressocialização*, mas serve para perpetuar a exclusão e marginalização das pessoas condenadas:

A esperança dos especialistas na possibilidade de usar a prisão como um lugar e meio de *ressocialização* quase desapareceu completamente, devido aos resultados de pesquisas empíricas que apontaram dificuldades estruturais e os escassos resultados apresentados pela instituição prisional em relação à reabilitação (Baratta, 2002, p. 27).

Nas três obras que se enquadram na mesma categoria a *ressocialização* não é mais vista como algo que é uma aspiração natural quando se trata de educação. O problema não é como educar para a *ressocialização*, mas se a *ressocialização* é possível em um contexto de exclusão, controle e precariedade institucional.

Como Beatriz Barreiros Portella (2021, p. 37) explica em sua análise crítica: “a *ressocialização* é um discurso ideológico que legitima a pena de prisão, mas não sustenta a realidade concreta do sistema penal e é uma promessa vazia diante das condições degradantes de encarceramento.” Essa crítica está implícita nas obras analisadas nesta categoria..

Nessa perspectiva, a educação não pode assumir a responsabilidade por resolver problemas que vêm do próprio encarceramento, ou seja, pelas limitações estruturais do

sistema prisional. A educação não pode ser responsável pela *ressocialização*, porque a própria *ressocialização* é questionada dentro de um sistema que não oferece condições para que ela aconteça. Nesse sentido, as obras nesta categoria, ainda que diminutas em relação a quantidade, contribuem para desnaturalizar o consenso sobre educação e *ressocialização* que foi criado. Em vez de ver essa relação como automática ou natural, os autores argumentam que é uma construção histórica, política e institucional, baseada em discursos no próprio sistema penal. Uma mudança importante de perspectiva é, portanto, revelada nos dados: a educação não é vista como uma ferramenta de *ressocialização*, mas uma prática integrada nas relações de poder, disputas discursivas e contradições estruturais que permeiam o mundo prisional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivamos analisar como o campo da Educação tem abordado a *ressocialização* no contexto prisional com um estudo de Estado da Arte baseado em trabalhos acadêmicos que incluem esse conceito em seus títulos. O objetivo geral foi entender como a produção acadêmica estabelece uma relação entre educação e *ressocialização*, e as tendências, visões teóricas e questões presentes nas pesquisas examinadas. Acredita-se que esse objetivo foi alcançado, pois o levantamento e análise dos trabalhos permitiram mapear diferentes formas de entender essa relação e os principais significados atribuídos à educação no contexto prisional.

O estudo revelou que dissertações são mais prevalentes do que teses na universidade, o que era esperado e comum também para outras temáticas. Também foi possível identificar a forte prevalência de Programas de Pós-Graduação em Educação, ressaltando que, metodologicamente, o nosso foco se deu justamente em como a *ressocialização* vem sendo abordada no campo da educação. Portanto, é natural que a maioria dos trabalhos apontem uma predominância maior, embora o tema também seja de interesse em outros campos do conhecimento.

Quanto aos dados qualitativos, conseguimos distinguir os trabalhos em categorias e entender as diferentes posições assumidas pela pesquisa sobre educação em relação à *ressocialização*. A maior categoria, intitulada “Entrelaçamento sem crítica”, reuniu 24 trabalhos, que se baseiam no entendimento da educação como um instrumento que contribui diretamente para a *ressocialização* de indivíduos privados de liberdade, evidenciando a compreensão majoritária.

Com um número menor, mas ainda expressivo, reunindo 14 trabalhos, a segunda categoria, intitulada “Entrelaçamento em defesa da positividade da *ressocialização*”, evidenciou uma compreensão ponderada da associação entre educação e *ressocialização*, não assumindo uma posição necessariamente positiva ou crítica a priori. Nesta categoria, observou-se sobretudo a falta de criticidade em relação à finalidade da própria educação na prisão.

Já a terceira categoria, intitulada “Crítica problematizadora do entrelaçamento entre educação e *ressocialização*”, apesar de reunir apenas três trabalhos, trouxe uma contribuição significativa no sentido de afastar a educação de ser uma solução para os problemas estruturais do sistema prisional evidenciando suas limitações. Desnaturalizam, assim, a

relação atual entre educação e *ressocialização*, deixando claro que essa relação é uma construção da história e política que precisa ser questionada constantemente.

Percebe-se, portanto, que os 41 trabalhos analisados demonstram que a educação no sistema prisional não é uma coisa linear: pode ser usada como um instrumento para emancipação, reflexão crítica e reconstrução de trajetórias, mas também pode ser usada como um meio de controle e adaptação das pessoas às normas sociais e do próprio sistema prisional. Essa dualidade demonstra que não é possível atribuir à educação, isoladamente, a *ressocialização*. E os resultados indicaram que a maioria da produção acadêmica ainda vê a educação como uma ferramenta de *ressocialização*, e que a avaliação crítica dos limites dessa visão é muito menos enfatizada.

Nesse sentido, os dados ressaltam a necessidade de uma compreensão mais profunda do campo educacional sobre o propósito da educação nas prisões. Em vez de se concentrar em saber se a educação *ressocializa* ou não, precisamos considerar até que ponto sujeito, cidadania, punição e transformação social são a base para esse discurso e como interesses políticos e institucionais estão envolvidos em sua construção.

Além disso, os dados também indicam que há desigualdades regionais e institucionais na produção acadêmica sobre essa temática, o que precisa ser superado para se ter uma compreensão melhor da realidade brasileira.

Por isso, os resultados convidam para novas investigações para questionar mais os discursos institucionais sobre *ressocialização* e ampliar a lente que articulam educação, poder, punição e controle social.

Assim, este trabalho reafirma a necessidade de análises críticas da relação entre educação e prisão, bem como de políticas públicas mais amplas que não se restrinjam ao interior das prisões e alcancem os fenômenos que provocam as desigualdades sociais que impulsionam o processo de criminalização. Pensar a educação na prisão dessa forma significa não apenas defendê-la como um direito, mas questionar os limites e possibilidades dela em um sistema tão conflituoso e paradoxal.

Na dimensão pessoal, este foi o mais alto nível de treinamento que já passei como educadora e pesquisadora. Tanto quanto possível, o levantamento e leitura e análise de trabalhos acadêmicos me ajudaram a ter uma visão mais crítica de como educação, prisão, poder e desigualdade social estão entrelaçados. Além de sustentar suposições já existentes, a pesquisa também ajudou a construir uma perspectiva diferente sobre os discursos que atribuem à educação a responsabilidade pela *ressocialização* e argumentam que a educação na prisão não deve ser usada apenas para proteger os direitos humanos, mas também para fins

adaptativos e instrumentais. Assim, este estudo aumentou o compromisso com uma perspectiva educacional que leva em conta os direitos humanos, o papel que a educação desempenha na liberdade e os desafios enfrentados por aqueles que são privados de liberdade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, p. 1985, 1985.
- BARATTA, Alessandro. Por um conceito crítico de reintegração social do condenado. In: OLIVEIRA, Edson Passetti (Org.). **Criminologia crítica e crítica do direito penal: perspectivas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 25–38.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & sociedade, v. 23, p. 257-272, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LIMA, Yasmin Pereira; **Cartas na prisão: ocorrência, significado e possibilidade de uso pedagógico**. 2024. 66 f. Trabalho de conclusão de curso – Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), Tocantinópolis, 2024.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Perspectiva, 1961.
- MACEDO, Luana Miranda. **A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do estado da arte**. 2024. 64 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, 2024. Disponível em: <https://solaris.ufnt.edu.br/server/api/core/bitstreams/4cf60454-f000-47ba-9afb-2f4e5d87d916/content>
- PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.
- PORTELLA, Beatriz Barreiros. **O mito da função ressocializadora da pena de prisão: uma análise criminológica a partir da obra “Os Miseráveis”**. 2021. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2007.
- SILVA, Camila Acsa Araujo. **A educação como direito humano nas prisões: uma análise do estado da arte sob a perspectiva jurídica**. 2025. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso

(graduação em Direito) - Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, 2025.
DOI:<https://solaris.ufnt.edu.br/handle/123456789/607>: Acesso em: 13 de jul. 2026.

SOUZA, Cláudia Daniele de; FILIPPO, Daniela De; CASADO, Elías Sanz. Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. Avaliação. **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 126-156, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/aval/a/wgGYDrdHsVXf7WxPynpgCtG/?format=pdf&lang=pt> .
Acesso em: 10 de junho de 2026.

TRINDADE, Lourival Almeida. **A ressocialização... uma (dis)função da pena de prisão**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.